



LONDRINA DOCUMENTA

A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO RIO TIBAGI:
do período pré-colonial até meados do século XX





LONDRINA DOCUMENTA





Reitor Sérgio Carlos de Carvalho

Vice-Reitor Décio Sabbatini Barbosa



Editora da Universidade Estadual de Londrina

Diretor Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello

Conselho Editorial
Abdallah Achour Junior
Daniela Braga Paiano
Edison Archela
Efraim Rodrigues
Ester Massae Okamoto Dalla Costa
José Marcelo Domingues Torezan
Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello (Presidente)
Maria Luiza Fava Grassiotto
Otávio Goes de Andrade
Rosane Fonseca de Freitas Martins

A Eduel é afiliada à



CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora
Viviane Bagio Furtoso
Vice-diretora
Ana Heloisa Molina

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Chefe do Departamento de História
Profº Drº Rogério Ivano

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Diretora Acadêmica
Profª Drª Edméia Aparecida Ribeiro

Programa Contação de Histórias do Norte do Paraná
Profª Drª Edmeia Aparecida Ribeiro
Profª Drª Regina Célia Alegro

Equipe Técnica
Alex Pereira
Amauri Ramos da Silva
André Luis da Silva
Cesar Augusto de Poli
Edeni Ramos Vilela
Neiva Lemes Albrecht Batista
Rosangela Ricieri Haddad
Vanessa Andreia Borela Ferreira

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Bibliotecária: Solange Gara Portello – CRB-9/1520

M917p Mota, Lúcio Tadeu.
As populações indígenas no Rio Tibagi / Lúcio Tadeu Mota. – Londrina :
Eduel, 2021.
87 p. : il. – (Londrina Documenta ; v.5)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-89814-00-9

1. Índios da América do Sul – Tibagi, Rio, Bacia (PR). 2. Índios da América
do Sul – Tibagi, Rio, Bacia (PR) – História. 3. Índios da América do Sul –
Tibagi, Rio, Bacia (PR) – Artesanato. I. Título.

CDU 39(282.28=082)

	Enviado em:	Recebido em:
Parecer 1	25/11/2019	19/12/2019
Parecer 2	27/11/2019	20/12/2019

Aprovação pelo Conselho Editorial em: 10/02/2020

Direitos da tradução em Língua Portuguesa reservados à
Editora da Universidade Estadual de Londrina
Campus Universitário
Caixa Postal 10.011
86057-970 Londrina – PR
Fone/Fax: 43 3371 4673
e-mail: eduel@uel.br
www.eduel.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO RIO TIBAGI: DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX	11
REFERÊNCIAS	53
ACERVO TRIDIMENSIONAL: KAINGANG - GUARANI - XETÁ	60

APRESENTAÇÃO

A “Coleção Documenta”, em sua 7ª publicação, apresenta o trabalho do professor Lúcio Tadeu Mota, pesquisador da temática indígena. Para o Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, esta obra vem ao encontro das reflexões, dos incômodos, dos esforços e das intervenções feitas na exposição de “longa duração”.

Desde a exposição temporária intitulada “Povos Indígenas no Norte do Paraná”, ocorrida em 2013, buscou-se construir um diálogo com as comunidades indígenas sobre a presença dessas culturas na memória e na história da região. A exposição foi organizada com o apoio dessas comunidades, não apenas com o empréstimo de objetos, mas com as narrativas que estabeleceram contextos e a publicação de um catálogo de visita trilingue. Em 2016, foi realizado o “Seminário sobre Culturas Indígenas e Patrimônios Museológicos do Paraná”, destacando a temática referente ao direito à memória e o papel dos museus e de seus acervos na região Norte do Paraná. No encerramento desse seminário, o povo Kaingang fez uma manifestação contundente a respeito da narrativa sobre a formação de Londrina, pedindo que fosse retirada da exposição a perspectiva do vazio demográfico na reocupação da terra comandada pela companhia colonizadora. Solicitavam que os povos indígenas pudessem, de fato, fazer parte da história de Londrina narrada no Museu. Mais tarde, o Museu recebeu uma estagiária Kaingang para trabalhar com o acervo fotográfico da antropóloga Kimiye Tommasino e ofereceu oficinas de cuidados com documentos de memória a jovens do Centro de Memória e Cultura Kaingang da Terra Indígena Apucarantina. Basicamente, eles se interessaram em compreender o funcionamento do Museu e os procedimentos para a organização e a guarda de objetos

museológicos.

Diante dessas ações que vinham sendo desenvolvidas desde 2013, nos anos de 2018 e de 2019, foi implementado o projeto “Inclusão da memória indígena na exposição permanente do Museu Histórico de Londrina”, aprovado pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura (Promic). Tratou-se de uma parceria entre pesquisadores não indígenas, lideranças indígenas dos povos Kaingang, Guarani e Xetá e a direção do Museu Histórico. Foram feitas intervenções e a inclusão da história e da cultura indígena na narrativa histórica presente nas galerias e nos cenários da exposição.

Essa exposição era compreendida como “permanente” e, na atualidade, é conceituada como de “longa duração”, devido às práticas de incorporação de outras histórias, narrativas, objetos e memórias. O projeto museológico e a narrativa histórica inicial baseavam-se em outras formas de olhar para a história, tendo registrado, naquele momento, a presença indígena na região de forma isolada e situada no passado. Levava, ainda, a ideia de um vazio demográfico, enquanto sabemos que tais populações ocupavam esse espaço, onde veio a se formar a cidade de Londrina. Havia nessa exposição uma perspectiva “colonialista”, e percebia-se a história e a memória dessa região somente pelo prisma dos colonizadores.

A exposição de longa duração, da forma como se apresentava, narrava a história dessa região e ocultava o registro histórico, as memórias das populações indígenas que aqui habitavam. Com as transformações vivenciadas pelas sociedades, essa maneira de pensar a história deixou de ter sentido, pois o social e todas as transformações e as especificidades explicavam muito mais do que aquela história que ficava só nos detentores do poder. Hoje, as novas concepções históricas estão voltadas para o social – entram em cena as massas, os camponeses, os operários,

os marginalizados e os excluídos da sociedade e da história, como os negros, as mulheres, os indígenas...

A transformação da exposição histórica, além de representar um novo olhar para a forma como a história é escrita e contada, também se compatibiliza com uma das concepções de Museu Social. Para Chagas e Gouveia (2014, p. 17), “a museologia social [...] está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais [...]”¹

O Museu Histórico, comprometido com as práticas museológicas contemporâneas, configura-se como um espaço múltiplo, de todos e de todas, por tratar-se de um local que preserva, que comunica, que possibilita estudo, pesquisa e fruição, local este aberto às pessoas e a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Não se trata de um espaço estático e intocável, mas, sim, de um lugar vivo, de trocas e de aprendizados.

Considerando as mudanças vivenciadas nesses últimos anos, na concepção de museu, da multifuncionalidade dos espaços museais – ensino, pesquisa, extensão e ação cultural – e das narrativas históricas (no caso dos museus históricos), é que o artigo de Lúcio Tadeu Mota dialoga com as reflexões e as ações desenvolvidas e executadas no Museu Histórico de Londrina. Mota nos brinda com observações sobre as populações indígenas que ocupavam a região do rio Tibagi, tomando-as como sujeitos históricos ativos a partir da sua visão de mundo. Grande

parte da historiografia tradicional, numa leitura pautada no eurocentrismo, apresentou os povos indígenas como vítimas dos colonizadores, que presenciaram passivamente a própria destruição. Lúcio Tadeu Mota está entre os pesquisadores que recuperam a história de alteridade, de luta e de condução da própria história. Neste texto, desvela um povo que lutou para contrapor a ocupação de seus territórios, a destruição da forma como viviam e sua eliminação física. Essas populações identificaram os invasores e encontraram mecanismos para lidar com cada um deles, caracterizando-se como sujeitos históricos, e não simplesmente como espectadores desvalidos diante da expansão da sociedade sobre seus territórios.

De tal modo, com o projeto mencionado acima, pôde-se fazer, como definiu o professor da Universidade Estadual de Londrina Wagner Roberto do Amaral, “justiça histórica” – justiça esta que o Museu se compromete a dar continuidade e a fazer mais, tirando da invisibilidade outros indivíduos.

Portanto, nesse diálogo entre a história e a memória dos povos indígenas – Kaingang, Xetá e Guarani –, visibilizadas nas galerias e nos cenários da exposição de longa duração do Museu Histórico de Londrina e na pesquisa sobre os povos indígenas que habitavam no vale do rio Tibagi, apresentamos mais esta edição da Coleção Documenta, desejando que a leitura, o passeio e o reconhecimento de parte da nossa história seja prazerosa e frutífera.

Edméia Aparecida Ribeiro

¹ CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM: museologia social, v. 27, n. 41, 2014.

A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO RIO TIBAGI: DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

Lúcio Tadeu Mota²

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas existentes no sul do Brasil sustentaram com um fenomenal esforço os diversos tipos de ações que lhe impuseram os conquistadores, mas também foram protagonistas em formular e aplicar diversas estratégias para manutenção dos seus modos de vida e seus territórios. O protagonismo indígena fica evidente nos processos históricos quando se utiliza de metodologias adequadas, que o traz à tona.

No campo cultural as ferramentas analíticas da antropologia política nos avisam para levarmos em conta a dinâmica “interna das sociedades ditas tradicionais, [...] todas as sociedades humanas produzem políticas, e todas são permeáveis ao fluido histórico” (BALANDIER, 1987, p. 189)³. Também devemos prestar atenção para a noção de situação histórica, que privilegia as relações entre os diversos sujeitos sociais⁴ e seus interesses que compõem o campo político das

relações entre indígenas e não indígenas, num determinado espaço e tempo. E, ainda no campo antropológico, onde as populações indígenas operam dentro de campos socioeconômico e político muito mais amplos do que o alcance de suas sociedades, estão operando dentro de uma situação colonial, isto é, estão em interação com sistemas sociais, econômicos e políticos de escala planetária⁵.

Nos processos sócio-históricos, John Monteiro (1999, p. 248) indicou que “Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam”⁶.

E, para recuperar esse indígena como sujeito, além das ferramentas do campo antropológico aqui já apontadas, faz-se necessário

² Professor Associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisador no Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História – CCH/UEM. Contato: ltmota@uem.br.

³ Ver também Balandier (1976, p. 215), que critica as ideias de conformismo, de consenso, de repetição e de ausência de história de movimento que os antropólogos formaram das sociedades tradicionais.

⁴ João Pacheco de Oliveira Filho procura ver o objeto de investigação enquanto um campo, social, político, em que feixes de interesses de comunidades diferenciadas se entrecruzam e se rearranjam [...] o autor discute as teorias de contato interétnico sempre aproximando da construção da sua noção de situação histórica. Para uma maior definição dessa noção, ver Oliveira Filho (1988, p. 54-59).

⁵ Para maiores detalhes sobre as relações sociais, econômicas e culturais de sociedades tradicionais com os sistemas mais amplos, ver Balandier (1993).

⁶ No Brasil, muitos são os pesquisadores que têm tratado da história dos povos indígenas nas últimas quatro décadas. Não caberia aqui um balanço desses autores, mas é necessário destacar, pela perspectiva antropológica, os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha e João P. de Oliveira Filho, e, de um ponto de vista histórico, os trabalhos de John M. Monteiro.

buscar e aplicar os métodos da etno-história, os quais vêm sendo utilizados por historiadores e outros pesquisadores desde a Conferência de História Indígena ocorrida em Ohio, EUA, em 1953. Essa metodologia nos parece ser a mais apropriada para os estudos que visam processos históricos que contêm a participação de populações indígenas. Ela reafirma a importância do uso combinado de dados produzidos por outras disciplinas, como a linguística, os estudos ambientais, os dados de cultura material produzidos pela arqueologia, além dos dados etnográficos de cada sociedade; mas ela também alerta para a necessidade de considerar, na análise, as tradições orais e os etno-conhecimentos produzidos pelas sociedades tradicionais estudadas⁷.

Sustentados nessa ancoragem teórico-metodológica, balizaremos a análise sobre a história dos povos indígenas que ocuparam o vale do Rio Tibagi. Procuraremos mostrar que eles agiram para contrapor a ocupação de seus territórios, o desmantelamento de seus modos de vida e a sua eliminação física. Identificaram os invasores e desenvolveram estratégias para lidar com cada um deles, qualificando-se como sujeitos históricos, e não como meros espectadores indefesos diante da expansão da sociedade capitalista sobre seus territórios.

OS CAÇADORES COLETORES PRÉ-CERÂMICOS

A bacia hidrográfica do Rio Tibagi apresenta indícios de ocupação humana de alguns milênios antes do presente, com trechos de alta densidade de sítios arqueológicos e alguns sítios de alta significação histórica.

Essa região foi, primeiramente, ocupada por populações de caçadores-coletores pré-cerâmicos nominadas pela arqueologia de Tradição Humaitá e Tradição Umbu. Seus vestígios materiais predominantes são artefatos e resíduos de lascamentos líticos, e a antiguidade dessa ocupação apresenta datas que ultrapassam nove mil (9.000) anos Antes do Presente (AP), conforme datações de Carbono 14.

TRADIÇÃO HUMAITÁ

Organizados em pequenos grupos de até 50 indivíduos, ocuparam as florestas nos vales dos rios, onde faziam acampamentos a céu aberto ou abrigavam-se em saliências rochosas. De sua cultura material, os diversos objetos produzidos para uso cotidiano, restaram apenas os confeccionados de pedra lascada que utilizavam como ferramentas para raspar, cortar e furar.

⁷ O debate iniciado na Conferência de Columbus, em Ohio (1953), continuou repercutindo no meio acadêmico norte-americano e teve vazão nas publicações da Revista Ethnohistory. A preocupação pela definição do que seria a etno-história foi tema da Oitava Reunião Anual da American Indian Ethnohistory Conference, realizada em novembro de 1960, na Universidade de Indiana. Os trabalhos ali apresentados foram publicados na Ethnohistory, v. 8, n. 1, em 1961, e os comentários relativos aos papers apresentados foram publicados nesse mesmo ano na Ethnohistory, v. 8, n. 2. Para uma síntese dessa discussão, ver Mota (2014b).



Figura 1: Ferramentas líticas da Tradição Humaitá existentes no acervo do Museu Histórico de Londrina
Fonte: Museu Histórico de Londrina

TRADIÇÃO UMBU

Também organizados em pequenos grupos, fixaram-se nos campos e nos cerrados abertos com florestas de araucárias nas terras altas do planalto sul brasileiro. Os vestígios de sua cultura material que chegaram até nós são as pontas de projéteis e diversos tipos de pequenas lascas utilizadas no uso diário para cortar, furar, raspar etc.



Figura 2: Pontas de projéteis da Tradição Umbu
Fonte: Museu Histórico de Londrina

Anos antes do presente (AP)	Tradição arqueológica	Sítio/Localidade	Fonte
9.190 ± 60	Umbu	Curiúva	Chmyz et al., 2008
8.115 ± 80	Umbu	PR NL 8 – Baixo Paranapanema	Chmyz; Chmyz, 1986
6.715 ± 135	Umbu	PR AP 45 – Baixo Paranapanema	Chmyz; Chmyz, 1986

Tabela 1: Sítios arqueológicos de populações pré-ceramistas no vale do Rio Paranapanema, datados com Carbono 14 – C14 Anos antes do presente (AP)

OS GUARANI NO RIO TIBAGI ANTES DA CHEGADA DOS ESPANHÓIS EM MEADOS DO SÉCULO XVI

Em torno de 2.000 anos antes do presente, começaram a chegar ao vale do Paranapanema/Tibagi as populações agricultoras e ceramistas conhecidas como Guarani. Nessa época, elas já tinham ocupado os territórios das bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná, bem como seus afluentes menores (BROCHADO, 1973). O Rio Paranapanema é considerado, como sugerido por Brochado (1984), a “porta de entrada” das populações falantes da língua Guarani para os territórios a leste do Rio Paraná.



Figura 3: Rotas de dispersão dos grupos Guarani na Bacia do Rio da Prata
Fonte: Bonomo, Angrizani, Apolinaire e Noelli (2015, p. 54)

As populações falantes do Guarani deixaram vestígios de sua cultura material por toda a extensão do vale dos rios Paranapanema, Tibagi e seus afluentes. Dentre esses vestígios, destacam-se os utensílios e os fragmentos de sua indústria cerâmica. Os sítios arqueológicos que contêm esse material cerâmico são denominados, pela arqueologia, de Tradição Tupiguarani. Os registros desses sítios publicados pela literatura especializada ou registrados no banco de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN), mostram a profusão dessa presença e confirmam a extensão dessa ocupação. Alguns desses sítios foram datados e chegam perto de mil e setecentos anos antes do presente (1700, AP).

Data - anos antes do presente (AP)	Tradição arqueológica	Sítio/Localidade	Fonte
± 1668*	Tupiguarani	Ragil – Iepê – SP	Faccio, 1998
1130 ± 150	Tupiguarani	SP/AS/14 – Iepê – SP	Chmyz, 1969
± 1093*	Tupiguarani	Ragil 2 – Iepê – SP	Faccio, 1998

Tabela 2: Sítios de populações ceramistas na bacia do Rio Paranapanema, datados em mais de 1.000 anos antes do presente
Fonte: Elaborada pelo autor

Série de datações por Carbono 14 e termoluminescência.

* = datado por termoluminescência



Figura 4: Vasilhas de cerâmicas fabricadas pelas mulheres guarani. Podiam ser utilizadas para cozinhar e armazenar alimentos e, algumas delas com pinturas, eram utilizadas em cerimônias de cunho religioso

Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina

OS GUARANI, OS ESPANHÓIS, OS JESUÍTAS E OS BANDEIRANTES NO VALE DO RIO TIBAGI: 1555 – 1651

Antes de 1550, algumas expedições de portugueses já tinham cruzado o Rio Tibagi em direção oeste, rumo ao Paraguai e, talvez, ao Peru, como as expedições de Aleixo Garcia, Jorge Sedenho, Francisco de Chaves e, a mais famosa delas, a de Dom Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, que cruzou o Rio Tibagi nas proximidades da foz do Rio Iapó, nos Campos Gerais, em 1542, quando rumava para Assunção, no Paraguai.

O ano de 1555 foi marcado pela presença de diversas expedições espanholas nos territórios indígenas do Rio Tibagi. Francisco de Gambarota viajou de Assunção, no Paraguai, até o porto de São Vicente, em São Paulo. O capitão Ñuflo de Chávez, sob o comando de Domingos Martinez de Irala, saiu de Assunção para combater as populações nativas no Guairá, e foi o primeiro espanhol a percorrer todo o Rio Tibagi, desde sua foz, no Paranapanema, até suas cabeceiras, nos Campos Gerais, de onde retornou pela trilha aberta por Cabeça de Vaca, ao Paraguai. E, ainda nesse mesmo ano, Rodrigo de Vergara chegou ao Guairá e cruzou o Tibagi para iniciar a cidade de Ontiveros, nas imediações da foz do Piquiri, no Paraná.

Até a chegada dos Jesuítas, em 1610, inúmeras foram as expedições que cruzaram o Rio Tibagi, tanto as vindas do Paraguai como as que seguiam do litoral para Assunção. Todas tinham pontos de parada para abastecimento nos diversos tekoha (aldeias) guarani em vários locais do Tibagi. As primeiras bandeiras vindas de São Paulo ao Guairá, para apresamento de indígenas, estacionaram nas margens do Tibagi e falcaram suas águas em busca de diamantes e metais preciosos.

A partir de meados do século XVI, os espanhóis sediados em Assunção já tinham conhecimento da região e iniciaram a fundação das primeiras cidades nos territórios Guarani a leste do Rio Paraná: Ciudad Real del Guairá, em 1557, na foz do Rio Piquiri, hoje município de Terra Roxa; e Villa Rica do Espírito Santo, em 1575, junto à foz do Rio Corumbataí, município de Fênix.

Os padres que acompanhavam os espanhóis nessas viagens e os assistiam nas recém-fundadas vilas também conheciam a região e as populações indígenas que nela viviam. Em 1588, os padres Manuel Ortega, Juan Saloni e Thomas Fields percorreram a região do Guairá procurando conhecer o potencial humano para futuros trabalhos missionários, a exemplo do que já vinha ocorrendo na costa do Brasil desde 1549. Eles informaram aos seus superiores a existência de milhares de indígenas na região, bem como reconheceram uma série de peculiaridades culturais, sociais e políticas que seriam úteis no trabalho de catequese, alguns anos depois. Era o início das atividades religiosas no Guairá, onde os conquistadores passaram a veicular os elementos básicos da sua cultura por meio dos padres jesuítas.

Em 26 de novembro de 1609, o capitão Pero Garcia, comandante das forças espanholas acantonadas em Ciudad Real del Guayrá, recebeu ordens do governador do Paraguai, D. Antonio de Anasco, para que desse todo o apoio aos padres Joseph Cataldino e Simão Masseta que iriam fundar Reduções no Rio Paranapanema.

Os padres jesuítas Cataldino e Masseta vieram de Assunção, atravessaram o Rio Paraná na soleira de Sete Quedas, isto é, acima dos saltos onde hoje está a ponte que liga Guaíra ao Mato Grosso, e chegaram à vila espanhola de Ciudad Real del Guayrá, na embocadura do Rio Piquiri, no Paraná. Ali descansaram, arrumaram provisões e seguiram embarcados pelos rios Paraná e Paranapanema até os tekoha

guarani na foz do Rio Pirapó onde chegaram depois de uma semana e fundaram a Redução de Nossa Senhora do Loreto. Algum tempo depois, em outro tekoha guarani, também na foz de um rio menor no Paranapanema, fundaram a Redução de Santo Inácio do Ipaumbucu (MOTA, 2010)..

Fundadas as Reduções e iniciados os trabalhos de conversão dos indígenas, os jesuítas passam a informar os aspectos de suas tarefas religiosas e sobre os costumes das populações Guarani ali existente. Em um informe do Joseph Cataldino, de 1614, sabemos que havia, na região, além das Reduções de Loreto e Santo Inácio, dois outros povoados: “Havia a Redução de N. S. de Loreto e o povoado Roquillo. Santo Inácio e o povoado de Tamarca. Havia dois mil índios de imposto, e um total de sete ou oito mil almas. Mais adiante Francisco de Veja testemunha que havia 4 povoados ou ‘reducciones’ de índios no Paranapanema, dois de um lado e dois de outro do rio” (CORTESÃO, 1951, p. 152-153).

A informação de que havia na região entre os rios Pirapó e Santo Inácio, considerando as duas margens do Paranapanema, em torno de oito mil pessoas, das quais havia cerca de dois mil adultos, ou seja, os “índios de imposto”, também é confirmada, em março de 1614, por Diego de Torres, provincial dos jesuítas no Guairá (CORTESÃO, 1951).

Essas informações demográficas dos jesuítas apontam para grandes contingentes populacionais existentes na região, tanto que eles fundaram mais quatro Reduções no vale do Rio Tibagi: São José, São Francisco Xavier, Encarnação e São Miguel.

Mas a história do vale do Rio Tibagi nesse período não foi marcada apenas pela presença dos povos indígenas, falantes do Guarani e de outras línguas diferentes, convivendo com os padres da Companhia de Jesus. No limiar dos seiscentos, os bandeirantes de São Paulo

começaram a chegar à região em busca do seu butim: escravos indígenas para o trabalho nas fazendas de São Paulo, metais e pedras preciosas. Em 1602, Nicolau Barreto já tinha descido o Rio Paraná, passando pelo Guairá, rumo às minas de Potosí, no Peru. Em 1607, Pedro Franco de Torres fez o mesmo roteiro, já conhecido desde meados do século XVI. Nesse mesmo ano, Manuel Preto, um dos maiores preadores de indígenas da época, dirigiu uma bandeira para o aprisionamento dos Guarani nas proximidades da cidade espanhola de Vila Rica do Espírito Santo.

Com as investidas dos paulistas na região, em 1608, o Rei da Espanha criou a Província del Guairá, abrangendo os territórios indígenas a leste do rio Paraná. Mesmo assim, o bandeirante Manuel Preto voltou ao Guairá em busca de prisioneiros nos anos de 1611, 1618, 1623 e 1628. Seu fim foi a morte por ferimentos de flechas recebidos em plena campanha de aprisionamento de indígenas no Sul do Brasil.

As bandeiras paulistas foram responsáveis pela primeira construção militar no vale do Tibagi. Em uma Carta Anua de setembro de 1628, os padres Simão Masseta e Joseph Cataldino informam a chegada da bandeira de Antônio Pedroso. Ela atravessou o Rio Tibagi e ali fez um forte, uma palisada fuerte de palos, onde foram presos 17 indígenas que estavam coletando erva-mate nas proximidades da Redução de Encarnação (CORTESÃO, 1951).

As primeiras décadas do século XVII foram marcadas por uma intensificação das ações dos conquistadores no Guayrá. De um lado temos os choques entre os encomendeiros espanhóis, que obrigavam os Guarani a coletarem a erva-mate nos ervais nativos da região ou nos ervais de Maracaju, no Mato Grosso, e os padres Jesuítas, que reuniam os indígenas nas Reduções para sua pregação religiosa e imposição dos valores da sociedade invasora, junto às várias etnias existentes na região. Cruzando os interesses dos encomendeiros espanhóis e dos padres da

Companhia de Jesus, tivemos os bandeirantes paulistas, que vieram ao Guayrá em busca de seu butim. Do outro lado, temos os povos falantes do Guarani e as etnias Jê (Kaingang e Xokleng) – conhecidas, na época, por Cabeludos, Campeiros, Guananos – fazendo uma leitura própria da conjuntura, que vai resultar em suas políticas de alianças, de acordos ou de ataques e guerras. Essa situação sócio-histórica complexifica o entendimento sobre os fatos ocorridos nas relações deles com os invasores de seus territórios.

Portanto, a análise histórica desse período no Guayrá não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Deve-se considerar os grupos invasores (espanhóis, jesuítas, bandeirantes) e seus interesses localizados, e os interesses e estratégias de como lidar com os invasores dos grupos étnicos Guarani e os grupos Jê (Kaingang e Xokleng). Alianças explícitas, ou não – como o fato de, em determinado momento, um grupo indígena, que era refratário à pregação dos padres, procurar as Reduções –, pode ter sido apenas uma estratégia política momentânea para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo das encomiendas.

OS GUARANI NAS COLÔNIAS INDÍGENAS DO IMPÉRIO 1840 A 1895

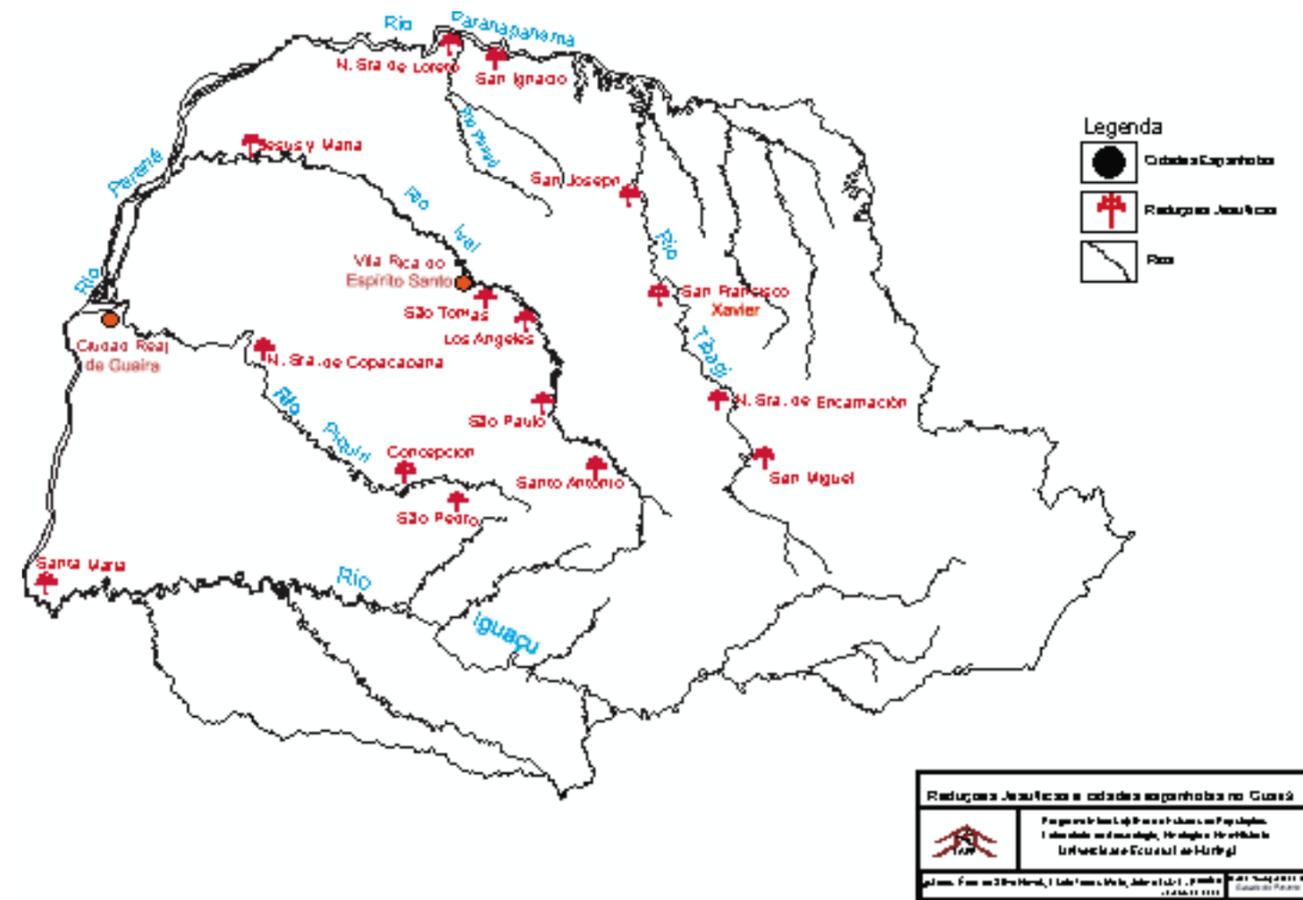


Figura 5 : Reduções Jesuíticas e cidades espanholas no Guayrá até 1632
Fonte: Elaborada pelo autor

Destruídas as Reduções no Guayrá, as populações Guarani se dispersaram. Parte foi para o sul, junto com os padres jesuítas, e fundaram os trinta povos das missões nas margens dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai; outra parte foi levada presa pelos bandeirantes para São Paulo, e o restante dispersou por seus antigos territórios do Guayrá, no Paraná, e na Serra de Maracaju, no Mato Grosso do Sul. Com a diminuição da população Guarani, os Kaingang expandiram seus territórios na região, até que, em meados do século XIX, tem-se novos relatos da presença dos Guarani-Kayowá, fazendo a reocupação do vale dos rios Paranapanema e Tibagi.

Com os projetos de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, de abrir uma via de comunicação fluvial até o Mato Grosso, e apossar-se dos campos de criação de gado ao longo dessa via⁸, os Kayowá vislumbraram a possibilidade de conquistarem territórios a leste do Rio Paraná utilizando-se de suas alianças com o Barão. Assim, aceitaram o convite de Antonina para se mudarem para perto de sua fazenda no vale do Rio Verde e Itararé. Fizeram essa mudança, mas sem abandonarem seus tekoha do outro lado do Rio Paraná.

John H. Elliot, mapista americano a serviço do Barão de Antonina, registrou a presença deles nas proximidades da vila de Itapetininga em São Paulo em 1830:

Ao correr do anno de 1830 (si a lembrança me não falha) appareceu nas vizinhanças da villa de Itapetininga uma porção de indios desconhecidos; eram Cayuaz vindos d' allem do Paraná. Pelo dizer d'estes indios atravessaram elles o Paraná abaixo da barra do Ivahy, remontaram este rio até as ruinas de Villa Rica, e d'ahi, transpondo-se para a sua margem direita, dirigiram-se para o tibagy, que passaram pouco abaixo dos Montes Agudos, entrando em territórios da comarca de Coritiba; e ao subirem essa cordilheira avistaram uma parte dos Campos Geraes, que d'ali se estendem para o nascente. Por sua qualidade de selvagens não deviam apparecer subitamente n'esses campos, pois que se assim o praticassem expunham-se a recontros com os brancos, e por isso inclinaram-se mais para o norte abeirando o campo, mais ou menos perto, e depois de annos de um viver errante, repassados de privações e vicissitudes, mostraram-se finalmente no municipio de Itapetininga onde permaneceram algum tempo entretidos em communicação com a população d'ali, sem que todavia se decidissem a um estabelecimento fixo. Passados mezes retrahiram-se às matas, entrando pelos sertões da margem esquerda do Paranapanema, entreposto aos rios Taquary e Itararé (ELLIOT, 1856, p. 434-435)⁹.

⁸ Maria do C. Wissenbach (1995, p. 138) afirma que o Barão tinha 6 sesmarias no baixo Paraguai, calculadas em aproximadamente 90 mil km², quase todo o sul do Mato Grosso, além de fazendas nas margens do Rio Tibagi.

⁹ Muitos anos depois, Curt Nimuendaju conta uma versão muito parecida com a que foi coletada por Elliot. Vejamos: “Ñanderui, atravessou com a horda o Paraná – sem canoas, como conta a lenda –, pouco abaixo da foz do Ivahy, subindo então pela margem esquerda deste rio até a região de Villa Rica, onde, cruzando o Ivahy, passou-se para o tibagy, que atravessou na região de Morros Agudos. Rumando sempre em direção ao leste, atravessou com seu grupo o rio das Cinzas e o Itararé até deparar, finalmente, com os povoados de Paranapitinga e Pescaria na cidade de Itapetininga” (ELLIOT, 1987, p. 9). Apesar de muito parecidas, Nimuendaju não cita a versão de Elliot publicada em 1856. Cabe perguntar: Nimuendaju e Elliot estão tratando de um mesmo grupo ou são grupos diferentes, que vieram em épocas diferentes, pela mesma rota? Porque Elliot, que teve contato com esses Kayoá em 1845, portanto há apenas 15 anos de sua chegada nos campos de Itapetininga, não menciona que eles estavam rumando para o mar em busca da terra onde não mais se morre, como faz Nimuendaju. Essas e outras questões são complicadores da interpretação que coloca os deslocamentos e a presença dos grupos Guarani no vale do Paranapanema no século XIX como movimentos religiosos em busca do Ivý marãey (Terra sem mal). A discussão sobre a questão da Terra sem Mal tem uma longa tradição entre os estudiosos dos povos Guarani e não caberia incorporá-la aqui. Além do texto citado de Nimuendaju, que inspirou

Passaram, dessa forma, a ocupar parcelas de territórios entre os rios Paranapanema e Itararé, encravados em meio aos territórios Kaingang, ao longo da estrada dos tropeiros, a qual ligava Sorocaba, em São Paulo, a Viamão, no Rio Grande do Sul, e dos Campos Gerais até o Rio Tibagi.

Na década seguinte (1840), os homens do Barão de Antonina fizeram contato com os grupos Kayowá que viviam nas margens do Rio Ivinheima, no Mato Grosso, e fizeram o convite para eles se mudarem para as terras do Barão em São Paulo:

certo é que no dia 11 ou 15 de julho daquele anno (1840) uma expedição navegava o rio tibagy abaixo, indo desembarcar em Albuquerque a 9 de setembro, depois de uma viagem de 3 mezes, cheia de contrariedades e embarços. No regresso a expedição, descendo o rio Ivinheima, encontrou em sua margem direita um toldo de índios Cahyuás, travando com elles relações de amizade, attenta as boas disposições que mostravam. Do intuito talvez de attrahir esses índios para mais perto, resolveu o Sr. Barão de Antonina mandar abrir uma picada que facilitasse um bom porto de embarque no Tibagy, e ao mesmo tempo proporcionasse o melhor trajeto possível a quem, por essa via de communicação

fluvial recentemente descoberta, quizesse emphrender viagem para Mato Grosso (PARANÁ, 1872, p. 57)¹⁰.

No início de setembro de 1843, os Kayowá, que já tinham suas moradias nas margens do Rio Taquary, perto da cidade paulista de Itapetininga desde os anos de 1830, visitaram o Barão de Antonina em sua fazenda de Perituva, visita esta que Antonina relatou ao presidente da província de São Paulo, o Sr. Luis de Souza: “ Ilmo. E Exmo. Sr. – appareceram horem, (1/9/1843) voluntariamente nêsta fazenda nove indígenas d’ambos os sexos pertencentes a uma tribu, que se acha alojada na margem esquerda do rio Taquary, não muito longe da Faxina” (MACHADO, 1846, p. 251).

Após recebê-los, Antonina diz ter feito um minucioso interrogatório sobre a sua situação. Era um grupo de 200 pessoas que tinham suas moradias já há muitos anos nas margens do Rio Taquary. Comercializavam cera e mel em troca de ferramentas e vestuários com as populações brancas vizinhas. As queixas dos Kayowá ao Barão foram que eles estavam desgostosos com o lugar em que viviam, pela falta de caça e pela invasão de suas terras pelos brancos, e por isso queriam mudar para uma localidade mais distante. Eles foram reivindicar ao

representante do Império a demarcação de novas terras, onde os brancos não pudessem entrar, pois seus atuais territórios nas imediações da vila de Itapetininga tinham sido invadidos pelas populações locais. Queriam do governo a garantia de territórios indevassáveis e permanentes para a sua gente, estavam presenciando que os territórios que tinham conquistado dos Kaingang estavam sendo ocupados pelos brancos. E Antonina reconheceu que a conquista das excellentes terras dos vales do Paranapanema e Itararé pelos brancos se devia aos Kayowá.

[...] por quanto, antes d’elles para ahi virem estabelecer-se, era esse terreno occupado pela tribu dos Goyanazes, (Kaingang) que por sua ferocidade e continuos actos de barbaridade, que praticavam não só os moradores, como com os que transitavam por esta estrada, tornaram-se formidaveis e temidos; e por isso impediam a povoação, já não digo do sertão, mas até dos campos mais próximos a elle. Hoje, porém, esta tribu de que fallo, sendo inimiga dos Goyanazes, serve como de um ponto avançado, que nos defende dos assaltos d’estes; e assim tem facilitado a cultura de muitas e excellentes terras antes abandonadas, e dado segurança aos moradores e viandantes que passam por essa estrada, ainda há bem poucos annos perigosissima (MACHADO, 1846, p. 251).

Enquanto o Barão de Antonina agia no norte do Paraná e no sul do Mato Grosso, fazendo alianças com os Kayowá, então senhores dos territórios que margeavam as rotas fluviais para o Mato Grosso, e apossando-se de vastos territórios indígenas, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em outros círculos letrados do Império a polêmica sobre o que fazer com os indígenas continuava.

Muitas ideias de como tratar os povos indígenas foram formuladas e reformuladas no período imperial. O gradiente de propostas ia desde a guerra, sugerida por Varnhagen; passando pelas propostas de branqueamento, através da miscigenação com as populações brancas, e pela “catequese e civilização” nos aldeamentos religiosos, até a manutenção dos das populações indígenas com seus modos de vida em áreas reservadas.

Em meio ao debate, várias medidas foram sendo tomadas isoladamente nas províncias, as quais, de certa forma, apontavam para a criação dos aldeamentos indígenas com a participação de ordens religiosas. Essas medidas resultaram na política imperial para os indígenas. A primeira medida foi o aviso imperial de 18 de janeiro de 1840, que autorizava a chancelaria brasileira, em Roma, a estabelecer os contatos para a vinda dos Capuchinhos para o Brasil. Nesse mesmo ano, chegou ao Rio de Janeiro um grupo de seis missionários. Em 1843, o Decreto n.º 285, de 21 de junho de 1843, autorizou a vinda de missionários capuchinhos italianos para trabalharem nas missões de catequese e civilização dos índios. No ano seguinte, o Decreto n.º 373, de 30 de julho de 1844, fixou as regras para a distribuição dos capuchinhos italianos nas províncias. E um ano depois, o governo imperial, com o Decreto n.º 426, de 24 de julho de 1845, regulamentou o serviço das Missões de Catequese e Civilização dos Índios.¹¹

Doze anos depois do Decreto n.º 426, já estavam em pleno andamento os trabalhos de catequese dos povos indígenas no norte da província paranaense, no vale do Rio Tibagi. Atendendo aos interesses do Barão de Antonina¹², o governo imperial emitiu o Regulamento das

e continua a inspirar muitos trabalhos na área, ver ainda: Alfred Metraux, *Migration Historiques des Tupi-Guarani*, 1974; Egon Scaden, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, 1974; *Movimientos Religiosos Derivados de la Aculturación*, 1982; e outros artigos publicados na *Revista de Antropologia*. Ainda na mesma linha de Nimuendaju, ver: Hélène de Clastres, *La Tierra Sin Mal: el profetismo Tupi-Guarani*, 1975. Em uma perspectiva mais ampla e histórica, que busca ultrapassar a explicação religiosa, ver os trabalhos de Bartolomeu Meliá; e considerando as migrações Guarani como resultante de outras causalidades, temos os trabalhos de Léo Cadogan. Dentre os trabalhos recentes que tratam dessa questão, enfocando a parcialidade Guarani-Mbya podemos destacar, entre outros: Maria Ines Ladeira, *O Caminhar Sob a Luz – o território Mbya à beira do oceano*; e Aldo Litaiff, *As Divinas Palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbya*; ambos conservando ainda a perspectiva inaugurada por Nimuendaju. Fazendo crítica a essa perspectiva de que a maioria dos estudiosos preservou e/ou simplesmente transcreveu a expressão “Terra Sem Males” (TSM), citada por Nimuendaju (1987), para justificar tudo que se relaciona às migrações, numa ampla abrangência temporal e espacial. Assim, a TSM tornou-se a panaceia para todos os males, principalmente os gerados pela unanimidade. Temos o excelente trabalho de Ivori J. Garlet, *Mobilidade Mbya: história e significação*, mestrado defendido na PUC-RS em 1997. Dessa forma, adotaremos as hipóteses que colocam as movimentações dos povos Guarani como sendo pluricausais, e manteremos nossa hipótese de que, no século XIX, as parcelas dos Guarani-Kayoá que se transferiram de seus territórios, no Mato Grosso, para o vale do Paranapanema, estavam disputando esses territórios, a leste do rio Paraná, com os Kaingang.

¹⁰ John Elliot refere-se a essa expedição, que tinha descido o Paranapanema e o Paraná rumo ao Mato Grosso quatro anos antes da sua, em 1845, como sendo comandada pelo Sr. Borges (1930). Com certeza era o alferes Antonio Pereira Borges que, em 1842, tinha comandado a Companhia exploradora dos campos de Paiquerê também a mando do Barão de Antonina. Sobre ela, ver relato de Antonina na RIHGB (1842).

¹¹ Para maiores detalhes sobre esses decretos, ver a Coleção das Leis do Império do Brasil ou a coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha (1992). Ver também o trabalho do frei Fidelis M. de Primerio (1942), que no capítulo III trata, na perspectiva dos religiosos, especificamente sobre a missão oficial dos capuchinhos no Brasil no Império.

¹² João da Silva Machado, o Barão de Antonina, nasceu em Taquari, no Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1872. Aos 18 anos de idade, fez sua primeira viagem para Sorocaba, tangendo

colônias indígenas do anno de 1857 - Províncias do Paraná e Mato Grosso, em 25 de abril de 1857 (apud CUNHA, 1992, p. 241-242). Esse regulamento estabeleceu que devia criar oito colônias indígenas na rota Paraná – Mato Grosso, via rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia e Ivinheima. Na província do Mato Grosso, deveriam ser criadas quatro colônias, e no Paraná, mais quatro. Com isso, estaria protegida a rota comercial que o Barão de Antonina estava criando para o Mato Grosso, bem como era o primeiro passo para a liberação dos imensos territórios dos povos Kaingang e Kayowá nos vales desses rios.

No Paraná, deveriam ser criadas as seguintes colônias:

§ 1º A 1ª sob a invocação e com o nome de São Pedro de Alcântara defronte da colonia Militar do Jatahy a margem do rio Tibagy.

§ 2º A 2ª sob a invocação e denominação de Santa Izabel, dez léguas abaixo da primeira, na confluência dos rios Tibagy e Paranapanema.

§ 3º A 3ª sob a invocação e nome de Nossa Senhora de Loreto, doze léguas abaixo da segunda, à margem esquerda do rio Paranapanema e direita do rio Pirapó, no lugar da Antiga Missão Jesuitica daquela invocação e que foi abandonada em 1631.

§ 4º A 4ª sob a invocação e com a denominação de Santa Thereza, doze léguas abaixo da terceira, á margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, onde confluem ou em outro ponto da dita margem se aquele lugar não offerecer sufficiente quantidade de terreno enchuto¹³.

Além das colônias previstas no artigo 2º desse regulamento, o artigo 62 previa que, se necessário, “poderiam se crear outras, desde que for demonstrada a sua necessidade, e houver Índios em número suficiente para formar huma nova povoação”. Esse artigo vai propiciar a criação da Colônia de São Jerônimo da Serra, que não estava prevista no Regulamento de 1857.

N	Nome	Localização	Ano de Fundação	Funcionamento
1	Santa Teresa	Confluência do Rio Paranapanema no Paraná	1857	Planejada e não instalada
2	Nossa Senhora do Loreto	Confluência do Rio Pirapó no Paranapanema	1855	1855-1862
3	Santo Inácio	Confluência do Rio Santo Inácio no Paranapanema	1862	1862-1878
4	Santa Isabel	Confluência do Rio Tibagi no Paranapanema	1857	Planejada e não instalada
5	São Pedro de Alcântara	Rio Tibagi em frente a Colônia Militar do Jatai	1855	1855 – 1895
6	São Jerônimo	Campos do cacique Kaingang Inhoó	1859	1859 –1889

Tabela 3: Colônias Indígenas do Império nos rios Paranapanema e Tibagi
Fonte: Elaborada pelo autor

tropas para comercializar; fixou-se nas margens da estrada para o sul, nos campos da Faxina, nas proximidades de Itararé, em São Paulo. A partir de 1820, passou a figurar na política paulista, enquanto continuava suas atividades comerciais de vender animais em Sorocaba, a empreitar a construção de estradas na província e, no início dos anos de 1840, iniciou as explorações e a apropriação de imensos territórios indígenas no Paraná e em Mato Grosso. A partir de 1853, com a independência da província paranaense, ele se tornou senador pela mesma e passou a viver na capital paulista, onde morreu em 28 de março de 1875. Foi um dos homens mais poderosos e influentes do Império. Para maiores detalhes da sua biografia, ver Brotero, [s.d.]; Almeida (1947); e, mais recentemente, e especificamente sobre suas explorações no Paraná e em Mato Grosso, o artigo de Wissenbach (1995).

¹³ O Regulamento das colonias indígenas do anno de 1857 – Províncias do Paraná e Mato Grosso também foi publicado no Boletim do Arquivo do Paraná (1978).

Assim, no vale do Rio Tibagi estavam previstas duas Colônias: a de Santa Isabel, na confluência dos rios Tibagi e Paranapanema, e a de São Pedro de Alcântara, defronte à Colônia Militar do Jatahy.

A Colônia de Santa Izabel, apesar de estar prevista no regulamento imperial de 1857, não foi efetivamente criada. Já a Colônia indígena de São Pedro de Alcântara não só foi implantada como foi a maior colônia indígena da província, e a que teve maior duração. Planejada para abrigar os Kayowá, também abrigou vários grupos Kaingang que viviam no vale do Rio Tibagi.

As vizinhanças da Colônia Militar do Jatahy, local previsto para criação da Colônia de São Pedro de Alcântara, já estavam povoadas pelos Kayowá. Em 1853, o Ministério do Império informou que

O importante aldeamento do Jatahy a cargo do barão de Antonina, na nova via de comunicação para Matto Grosso, já mui numeroso, recebeu o anno passado o augmento de mais de 200 índios Cayuás, que para serem transferidos com seus cinco caciques dos sertões da margem direita do Paraná, onde estavam embrenhados, foi mister mandar abrir uma picada de 36 leguas á margem dos rios Tibagy e Paranapanema, vindo em canoas toda a bagagem, mulheres e crianças, e por terra os índios mais robustos (PARANÁ, 1865, p. 62).

O Barão de Antonina, em officio de 9 de janeiro de 1854, informou o presidente do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, da situação dessa nova instalação:

¹⁴ Em 1862, J. A. Pinto Junior fez uma avaliação negativa desse aldeamento. Para ele, muito ainda haveria de se fazer para que São João Baptista se tornasse um aldeamento regular.

Nesta provincia existe presentemente o aldeamento do Jatahy na margem esquerda do Rio Tibagy defronte o lugar designado para a Colonia Militar que acima fallei, tendo prezenemente um nucleo de cerca de duzentos indigenas da Tribu Cayuá, ao qual se incorporarão, em breve, quarenta e tantos que mandei convidar nos sertões da margem direita do Rio Ivinheima, e esquerda do Iguatemy, os quaes tendo já passado o Paraná, vem vindo por uma picada que desde o mesmo Rio costeia a margem esquerda do Rio Paranapanema e Tibagy ate o lugar do aldeamento. O cacique Libanio tem mandado por seus indios pedir transporte para toda sua gente (que não é pouca); porem a quota decretada no presente anno financeiro não he sufficiente para fazer face as despezas porque aquelle Cacique tem sette Caciques seus subordinados que devem acompanhar. Se viessem esses Indigenas, talvez que o numero dos Aldeados exceda a seicentos neste corrente ano (ARQUIVO..., 1854a, p. 42).

Em 26 de maio de 1854, o Barão de Antonina informou o presidente Zacarias que havia chegado, ao Jatahy, 385 Kayowá, a saber: 235 em 1853, 85 em abril de 1854 e 65 em maio de 1854. Nesse mesmo mês de maio, o presidente Zacarias deu ordens ao diretor geral dos índios, Manuel Ignácio do Canto e Silva, para que transferisse os indígenas que estavam dispersos nas imediações do aldeamento de São João Batista, em São Paulo, para o aldeamento do Jatahy. Canto e Silva, por sua vez, informou que tinha enviado Joaquim Francisco Lopes – braço direito do Barão de Antonina – a São João Batista, para o cumprimento das ordens (ARQUIVO..., 1954b)¹⁴. Em 9 de junho de 1854, o Barão de Antonina voltou a informar o presidente Zacarias de que haviam chegado ao Jatahy alguns caciques Kayowá com sua gente,

e estava para chegar o cacique Libânio com uma comitiva de 60 pessoas. Em 22 de agosto, Joaquim Francisco Lopes informou o diretor dos índios sobre vários aspectos dos Kayowá que se encontravam no porto do Jatahy. Por esse ofício, percebe-se como estava sendo feito o aldeamento deles. Nessa época já se encontravam no Jatahy o cacique Libânio Iguaraju, o cacique Mirim e Pedro Jiguaca (ARQUIVO..., 1854c).

É importante ressaltar que a política levada adiante pelo Barão de Antonina – de trazer os Kayowá do Mato Grosso para o Tibagi – tinha como finalidade: a) liberar os territórios Kayowá entre os rios Brilhante e Iguatemi, no Mato Grosso, ricos em pastagens naturais, tanto que o Barão se apossou dessas terras; b) tirar os Kayowá de seus territórios e juntá-los no Tibagi, o que representava diminuir o perigo para os viajantes que iam para Cuiabá pela rota fluvial proposta pelo Barão, pois vários comerciantes já haviam sido atacados e mortos na região; c) afirmar a rota fluvial para o Mato Grosso via vale do Rio Tibagi significava a valorização das terras que o Barão estava conquistando dos Kaingang no norte da província; d) utilizar os Kayowá como mão de obra no transporte das canoas que seguiam para o Mato Grosso e em outros serviços; e) contrapô-los aos grupos Kaingang, dando segurança para os comerciantes que atravessavam os Campos Gerais no Paraná, os Campos de Itapetininga, em São Paulo, e os que navegavam pelos rios Tibagi/Paranapanema em direção ao Mato Grosso. Havia, ainda, todo o interesse do Império em ter acesso rápido e seguro às regiões das fronteiras com o Paraguai, via Paraná.



Figura 6: Cacique Libânio
Fonte: Keller [1865]



Figura 7: Indígenas Kayowá trabalhando como remeiros na embarcação do engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Wither, tendo como proeiro Telêmaco Borba
Fonte: Bigg-Wither (1878)

Inserir as populações nativas no trabalho também era um dos objetivos das Colônias Indígenas criadas pelo Império brasileiro. Nesse sentido, todos os esforços foram feitos para transformá-las em mão de obra abundante e barata nas regiões onde elas eram reunidas nas Colônias¹⁵. Em agosto de 1854, Joaquim F. Lopes, então diretor da Colônia Indígena que se formava no porto de Jatahy, informou o Diretor Geral dos Índios, Manuel Ignácio do Canto e Silva, sobre a situação dos Kayowá que haviam chegado àquele lugar. Lopes o informou de que eles estavam plantando suas roças, caçando, pescando e coletando pinhões, isto é, fazendo o que era dos seus costumes. Quanto à inserção deles no trabalho, Lopes informou que “ existem aqui hé o Cacique Libanio Iguajuru e sua gente, o Cacique Mirin e seus, eo Cap. Pedro Jiguaca, e destes m. alguns estão ao [...] por horas não se pode empregar os índios no serviços jornaleiros, Com agrados e bom geito elles tão trabalhando em suas roças, não acho prudente tirar lhe deste serviço” (ARQUIVO..., 1854c, p. 277).

O aldeamento de São Pedro de Alcântara era uma questão do Estado imperial. Junto com a Colônia Militar do Jatahy, era um ponto estratégico na rota para o Mato Grosso,¹⁶ portanto, ultrapassava os limites das autoridades provinciais, e estava sob o comando do Barão de Antonina, então senador do Império pelo Paraná. Tanto que o presidente Zacarias, em seu relatório à Assembleia Legislativa, disse que não tratava desse aldeamento porque “foi pelo governo imperial confiado aos cuidados do benemérito barão de Antonina, o qual, desde o principio, indicou o plano desse aldeamento e tem influído na sua realização” (ARQUIVO..., 1855, p. 48-49). É nessa conjuntura que devemos

entender a implantação tanto da Colônia Militar do Jatahy como das Colônias Indígenas do norte da província. E assim foram os primeiros momentos do que seria o futuro aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara.

O ano de 1854 foi marcado pela chegada de grandes contingentes de famílias Kayowá e pelas chegadas, em 6 de dezembro de 1854, do frei Timóteo de Castelnuovo e do frei Mathias de Genova à Colônia Militar do Jatahy, para assumirem o trabalho de catequese e de civilização dos indígenas na região. Frei Mathias se retirou para Castro, onde foi vigário até 1871; frei Timóteo de Castelnuovo viveu mais de 40 anos em São Pedro, onde morreu em 1895, e a história desse aldeamento se confunde com a da vida dele nesse período (CASTELNUOVO, 1974).

No final de março de 1855, frei Timóteo escolheu o lugar para a fundação do aldeamento de São Pedro: seria defronte à Colônia Militar do Jatahy. Ele e o administrador Joaquim Francisco Lopes, com mais 12 escravos, começaram a derrubada de madeiras para as construções. Em maio, iniciaram a construção de sua casa e, finalmente, em 2 de agosto de 1855, deu-se a inauguração solene dessa Colônia. Frei Timóteo disse que, nesse dia, houve procissão e transferência da imagem de Nossa Senhora do Socorro, com festas e salvas, acompanhada por todo o povo da colônia. A imagem foi recebida por ele no porto e carregada pelos índios até a capela, onde foi rezada a primeira missa. Nesse dia também houve diversão e distribuição de brindes entre os indígenas (CASTELNUOVO, 1974).

Iniciada em 1855, a Colônia Indígena de São Pedro de Alcântara funcionou até a morte do Frei Timóteo, em 18 de maio de 1895. Ele, que tinha nascido em Genova, na Itália, em 1823, chegou ao Brasil em 1850, e a São Pedro de Alcântara em 1855, após ser pároco em Santa Barbara de Monte Mor, em São Paulo, por dois anos. Morreu com 72 anos de idade e 40 de missionário na Colônia Indígena de São Pedro de Alcântara; foi sepultado no corpo da Igreja da Colônia Militar de Jatahy, ali ficando até a sua demolição. Depois, seus restos mortais foram depositados no cemitério de Jatahy.

Com a sua morte, também chegou ao fim a Colônia Indígena. Alguns grupos de Guarani e de Kayowá permaneceram em seus tekoha nas proximidades da Colônia; outros se deslocaram para seus tekoha nas margens do Rio Paranapanema e do Rio das Cinzas¹⁷. Os Kaingang que ali viviam foram para o aldeamento de São Jerônimo ou se deslocaram para seus territórios na região da Serra da Apucarana, onde, mais tarde, foi criado o posto indígena Dr. Xavier da Silva, posteriormente posto Apucarana, hoje Terra Indígena Apucarantina.

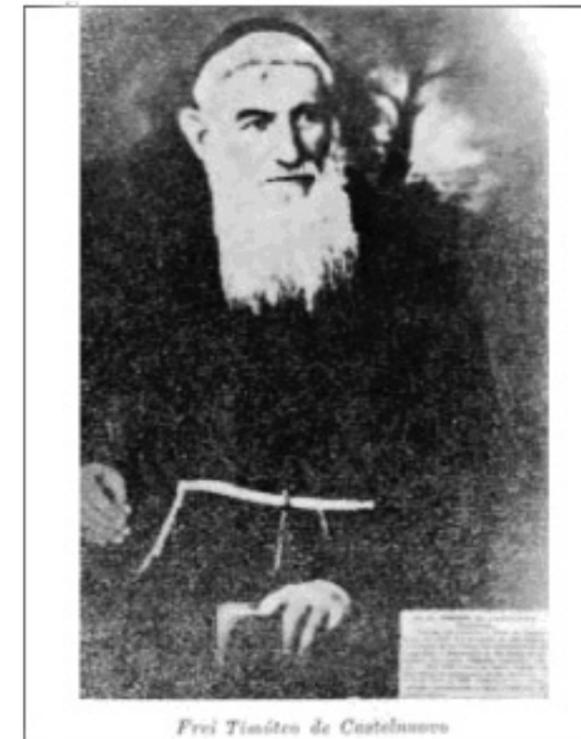


Figura 8: Frei Timóteo de Castelnuovo
Fonte: Primerio (1942)

¹⁵ Essa questão é tratada por vários viajantes e chefes de expedições exploratórias que trabalharam nessas áreas de fronteiras. Saint-Hilaire registrou índios trabalhando nas fazendas de gado dos Campos Gerais. Elliot e Bigg-Wither descrevem os Kayowá como os melhores condutores de embarcações da época.

¹⁶ Ver as instruções de 31 de janeiro de 1849 e de 21 de maio de 1850 do Ministério do Império, sobre essa via de comunicação. Por ordem do imperador, elas instruem para a fundação de postos militares, povoações, aldeamentos, fazendas nacionais de criação de gado, tudo sob o comando do Barão de Antonina (apud CUNHA, 1992).

¹⁷ Para a continuidade da história dos índios no vale do Rio Tibagi, no período republicano, ver os trabalhos de Tommasino, principalmente sua tese de doutorado (1995). Sobre a vida de Frei Timotheo de Castelnuovo, ver Orleans (1957); Franco (1936) e Frigo (1995).

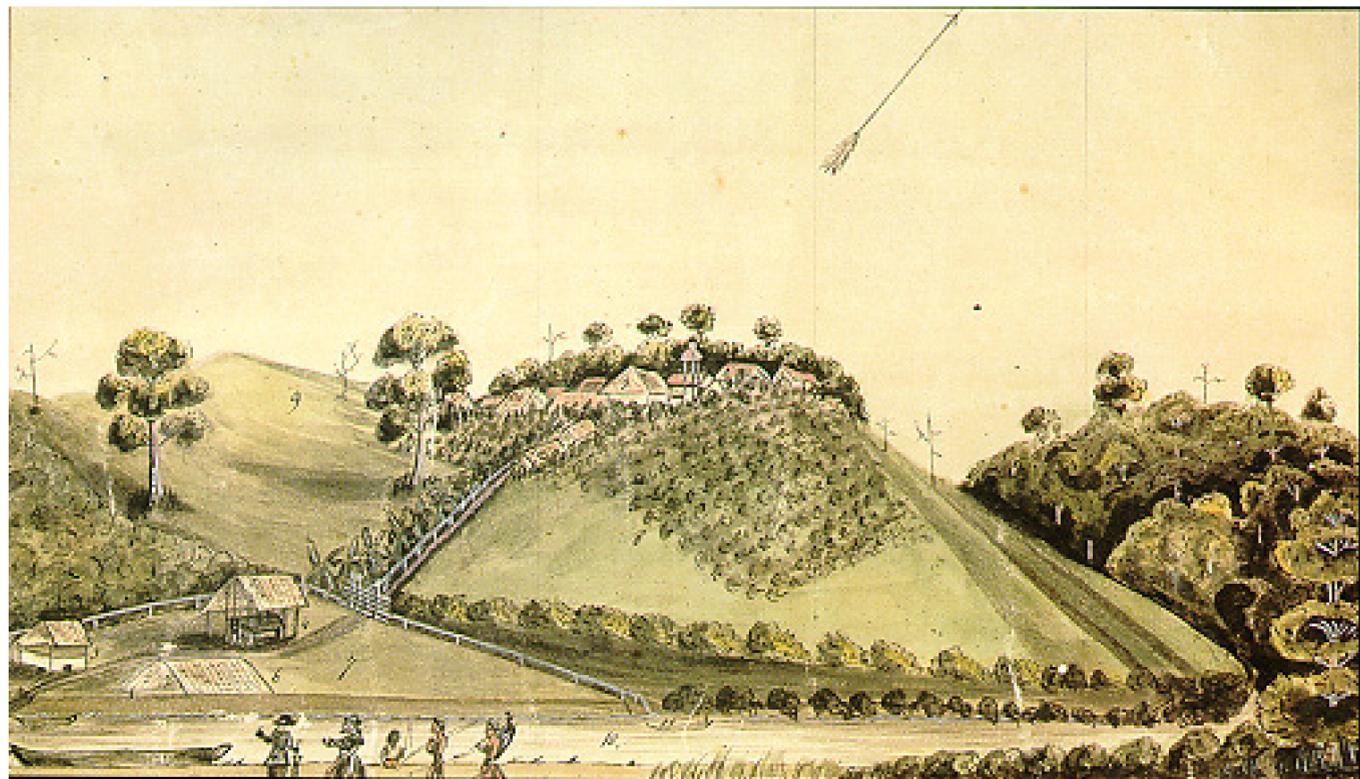


Figura 9: Vista do aldeamento de São Pedro de Alcântara a partir da margem direita do Rio Tibagi, onde localizava-se a Colônia Militar do Jatahy, hoje a cidade de Jataizinho
Fonte: Elliot [1859?]



Figura 10: Casa sede do aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde viveu frei Timóteo
Fonte: Keller (1867)

A Colônia Indígena de São Pedro de Alcântara abrigou populações Kayowá e Guarani-Ñandéva que vieram de seus territórios no Mato Grosso com a política de reocupação de seus territórios ancestrais – no vale dos rios Parapanema e Tibagi, na época ocupados pelos Kaingang. Abrigou, também, os grupos Kaingang que ali se aldearam, disputando com eles os recursos disponíveis na Colônia, como as roças, que eram cultivadas pelos escravos do Império e pelos empregados do aldeamento, e as mercadorias que para ali eram trazidas, como sal, tecidos, armas de fogo, ferramentas e outros objetos de uso cotidiano. Também passaram a utilizar os equipamentos do aldeamento, como os engenhos de moer cana e os alambiques de destilo de aguardente, bem como os animais de carga e tração, para produzir e transportar mercadorias – principalmente a aguardente de cana – que eram comercializadas nas vilas próximas, gerando, assim, recursos que lhes possibilitavam o acesso a uma maior quantidade de bens da sociedade envolvente. Esses recursos tanto eram consumidos pelas populações indígenas que viviam no aldeamento como eram repassados para seus parentes e grupos que viviam internados nos territórios distantes da Colônia de São Pedro de Alcântara.

Os aldeamentos indígenas implantados na província do Paraná, na visão das elites imperiais, eram fundamentais para o projeto de “catequização e civilização”, isto é, a conquista das populações indígenas que ali viviam. Implementados pelos padres capuchinhos italianos a partir da segunda metade do século XIX, eles tinham como objetivo a integração dos Guarani, Kayowa e Kaingang à população paranaense e nacional, de acordo com a política do governo imperial. Mas, deve-se ressaltar que o trabalho nos aldeamentos não foi tranquilo e harmonioso. Como já afirmou o professor Carlos de Araújo Moreira

Neto (1971), houve choques e dificuldades nas relações entre os conquistadores, desentendimentos entre os religiosos e as burocracias dos governos provincial e imperial, choques dos religiosos com a elite agrária que detinha o poder político, desavenças cotidianas e continuadas entre os religiosos e os administradores civis dos aldeamentos e atritos entre administradores civis e a burocracia provincial.

Mas não podemos esquecer que indígenas ali sediados, também foram protagonistas dos eventos ali ocorridos. Eles traçaram uma política própria para utilizarem as facilidades e os benefícios que as Colônias poderiam propiciar. Eles reelaboraram, a seu modo, a política de “catequese e civilização” dos conquistadores e procuraram imprimir seu ritmo no funcionamento das Colônias, mesmo que para isso tivessem que fingir que tinham aceitado as leis dos conquistadores e a religião dos padres.

OS GUARANI NO VALE DO RIO TIBAGI NO SÉCULO XX

No início do século XX, o governo do Estado do Paraná emitiu uma série de Decretos fixando áreas de terras para os indígenas, e uma dessas áreas foi na bacia do Rio Tibagi, conforme o Decreto n.º 6, de 5 de julho de 1900, que fixa as terras dos Kaingang dos aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara nas terras devolutas ‘sitas entre os Rios Tibagi, Apucarana, Apucarantina e a serra do Apucarana no município do Tibagy’ (ARQUIVO ..., 1900).

Decreto/Data	Descrição	Fonte
Decreto nº 6 (5/7/1900)	Fixa as terras dos Kaingang dos aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara nas terras devolutas “sitas entre os Rios Tibagi, Apucarana, Apucarantina e a serra do Apucarana no município do Tibagy.”	Estado do Paraná – Leis, Decretos e Regulamentos de 1900

As áreas de terras definidas para os Kaingang eram do interesse das elites locais, pois, ao fixar onde os indígenas deveriam permanecer, eles também definiam onde eles não poderiam mais ficar. Isso liberava grandes parcelas de terras para serem negociadas pelos governos estaduais. As elites vislumbravam não apenas os valores das terras, mas calculavam nelas os valores das imensas reservas de madeira que propiciariam bons lucros aos seus proprietários.

Alguns anos depois, em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Imediatamente à sua criação, o Serviço passou a atuar no Paraná com a instalação da 7ª Inspeção Regional em Curitiba e a nomeação do capitão José Ozório, do setor de engenharia do Exército Nacional, para chefiar a Inspeção. A primeira ação do Serviço foi inspecionar a situação conflituosa existente entre os grupos indígenas e as populações nacionais no vale do Rio Tibagi, ao norte do Estado. Para isso, ele realizou uma viagem de inspeção na região e escreveu o primeiro Relatório da situação ali encontrada. O Relatório do capitão Osório é uma fonte primordial de informações sobre a situação dos indígenas no Rio Tibagi após a Proclamação da República e o fechamento das Colônias Indígenas criadas no Império¹⁸. O capitão José Ozório chegou à longínqua povoação de São Jerônimo no dia 3 de dezembro. Sua

¹⁸ Para maiores detalhes sobre esse assunto, ver Mota (2014a).

comitiva era composta, além dos cavaleiros, de 10 mulas carregadas de alimentos e brindes para os índios. A povoação de São Jerônimo estava em festa com a visita pastoral que o vigário de Tibagi ali fazia, mas, mesmo assim, a notícia da chegada da comitiva do SPILTN fez com que as atenções da população local – nacionais e indígenas – se voltassem para o capitão Ozório e seus homens. Todos acreditavam que a chegada da comitiva era devido aos ataques que um grupo de Kaingang do vale do Rio Laranjinha tinha recém-feito aos nacionais, que teimavam em ocupar seus territórios entre os rios Congonhas e das Cinzas.

Depois de dois dias de chuvas intensas, que deixaram a comitiva retida na povoação, ela partiu para as aldeias espalhadas ao longo do Rio Tibagi. Primeiro, visitou todas as aldeias Kaingang existentes naquela região do Tibagi e, depois, antes de seguir para as aldeias do sul, fez uma visita ao que restava de aldeamentos nas proximidades da extinta Colônia Militar do Jatahy, onde chegou na manhã do dia 12 de dezembro de 1910. Ali já o esperavam os caciques e as lideranças dos indígenas da região.

O trato agora não seria apenas com os Kaingang, pois ali encontraram “3 nações distintas: coroados, guaranys e cayouás” (OZÓRIO, 1910, p. 7). Os Coroados eram como se nominavam, à época, os Kaingang; os Guarani eram os da parcialidade Ñandewa que

chegaram à região após a Guerra do Paraguai; e os Kayowá estavam no Jatahy desde os primeiros anos de fundação da Colônia Militar, no início dos anos de 1850.

Com a desativação do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, no final do século XIX, após a morte do seu diretor frei Timóteo de Castelnuovo, em 1895, os grupos indígenas que nele viviam reagruparam-se em novos aldeamentos, conforme a descrição do capitão Ozório. Eram eles: Engenho de Ferro; Poço Bonito; Limoeiro e Tirajuba (ou Tirafubá).

Estavam todos eles nas margens do Tibagi. Nos três primeiros emãs viviam 111 Kaingang, e no tekoha de Tirafubá viviam misturados os Guarani e os Kayowá. Todos eram remanescentes do antigo Aldeamento Imperial de São Pedro de Alcântara.

Como já havia anotado para os aldeamentos das margens do Tibagi mais ao sul, o capitão Ozório reafirmou o flagelo das febres palustres que atacava as populações no Jatahy. “ Lá encontramos em Dezembro, numerosos casos não só de maleita, como de varicella que há dois anos grassa intensamente em todo o estado. A população dessas paragens é rachitica e pallida, devido, talvez, à endemia das febres e ao excessivo calor, que atinge a 38° centigrados a sombra” (OZÓRIO, 1910, p. 7).

Apesar de piscoso e de rico em diamantes, o Rio Tibagi tinha o problema das febres que atacavam os que teimavam em viver nas suas proximidades. A impressão do capitão Ozório era a de que a vida naqueles sertões era muito difícil, e tinha-se agravado, nos últimos anos,

com os cortes das verbas para o aldeamento de São Pedro de Alcântara e dos recursos da Colônia Militar do Jatahy, que tinha se emancipado. “A nossa visita á sede do antigo aldeamento de S. Pedro de Alcantara produziu-nos tristissima impressão, pelo estado ruinoso em que está. A igrejainha está se desmoronando, a casaria abandonada esboroa-se e, por toda a parte, o mesmo aspecto desolador de ruína e decadência” (OZÓRIO, 1910, p. 7)¹⁹.

Impactado pelo estado de falência do mais próspero aldeamento indígena do período imperial no Paraná, e com a emancipação da Colônia Militar do Jatahy, o capitão Ozório e sua comitiva iniciaram a viagem de retorno a São Jerônimo.

Em meio ao processo de desenfreada ocupação dos territórios indígenas dos entornos da antiga Colônia de São Pedro de Alcântara, como se pode ver nos mapas da época que retalharam em lotes esses territórios, o capitão Ozório nos deixou a informação de que, ainda em 1910, a jusante do que é hoje a cidade de Jataizinho, antiga Colônia Militar do Jatahy, na margem esquerda do Rio Tibagi, viviam grupos Ñandewa e Kayowá.

OS KAINGANG NO TIBAGI

O vale do Tibagi também foi território ocupado por populações sócio e linguisticamente diferenciadas dos Guarani. Os grupos Kaingang, falantes da família linguística Jê, e socialmente aparentados com os grupos Jê do Brasil Central, deixaram os indícios de sua ocupação pretérita com a cerâmica da Tradição Itararé, e outros marcadores de sua cultura material, como as armadilhas de pesca, os pari, os mounds resultante de enterramentos, casas semissubterrâneas e praças cerimoniais. A porta de entrada dessas populações, no Paraná e no Sul do Brasil, foram os campos e cerrados dos interflúvios dos rios Paranapanema/Itararé e Ribeira²⁰.

OS KAINGANG E AS REDUÇÕES JESUÍTICAS DO SÉCULO XVII

A documentação jesuítica sobre os grupos indígenas reduzidos no vale do Tibagi informa que as Reduções de São José e São Francisco Xavier abrigavam grupos falantes do Guarani, mas as Reduções de Nossa Senhora de Encarnação, que a documentação jesuítica indica ser próxima à localidade Natingui, e a de São Miguel, já nos Campos Gerais, nas nascentes do Tibagi, abrigaram populações falantes de línguas da família linguística Jê, isto é, populações Kaingang ou Xoklêng, que foram nominadas pela documentação jesuítica e bandeirante como índios Campeiros, Cabeludos, Guaianás e/ou Guananos.

²⁰ Sobre a chegada dos grupos Jê (Kaingang e Xokleng) no Paraná ver Mota (2016).

OS KAINGANG NO VALE DO TIBAGI ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

Destruídas as Reduções Jesuíticas em 1630, houve a dispersão das populações Guarani. No entanto, diversos grupos Kaingang continuaram na região, como evidencia a documentação dos bandeirantes. Em 1651, Fernão Dias Paes Leme ficou por três anos na região da Serra da Apucarana; ali fez acordos com os caciques da nação Guainá, ancestrais dos Kaingang, levando integrantes desses grupos para São Paulo, como nos mostra o historiador Taunay (1955, p. 167):

Penetrou Fernão Dias Paes o sertão do sul até o centro da serra de Apucarana, no reino dos índios da nação Guyanãa, pelos annos de 1651; nelle existiu alguns annos, tendo estabelecido arraial com o troço das suas armas, para vencer a reduçção daquelle reino, que se dividia em três differentes reis. [...] Poz-se em marcha o grande corpo daquelles reinos e todos seguiam gostosos esta transmigração debaixo do commando inteiramente do seu conquistador e amigo Fernão Dias.

Os bandeirantes paulistas permaneceram vários anos na Serra da Apucarana. Ali estabeleceram um arraial, provavelmente um local fortificado – aos moldes do construído, em 1628, por Raposo Tavares – que recebeu o nome de Natingui. A documentação fala de três caciques: Tombu, Sondá e Gravitay. Este último morreu antes da partida; Sondá morreu na marcha para São Paulo, e Tombu chegou a Santana do Paraíba, onde morreu alguns anos depois.

¹⁹ Como já dito, o Aldeamento de São Pedro de Alcântara foi fundado pelo frei Timóteo de Castelnuovo em 2 de agosto de 1855, e durou até a sua morte, em 18 de maio de 1895 (cf. MOTA, 2000).

A Serra da Apucarana e o vale do Tibagi continuaram sendo um atrativo para os moradores de São Paulo e uma esperança de riquezas para os governos de plantão. Em meados do século XVIII, Francisco Tosi Colombina apresentou, aos governantes, um plano de ocupação dos territórios indígenas do Tibagi, pois avaliava-se, na época, ser um local rico em ouro e pedras preciosas. “E para senhorearse com facilidade dessas terras do Tabagy que agora estão ocupadas do numeroso Gentio Guayanã, [...] um dos melhores meyo hé transportar huns Casaes dos indios mansos, que se achão nas aldeas de São Paulo, e lá Aldealos” (COLOMBINA, 1974, p. 33).

O plano de Colombina não foi levado adiante, mas Ângelo Pedroso e Frei Bento de Santo Ângelo descobriram diamantes em Pedras Brancas, a sudoeste da atual cidade de Tibagi, na margem esquerda do rio do mesmo nome (MERCER; MERCER, 1977). Essas descobertas causaram a disputa das terras das minas do Tibagi por poderosos donos de lavras de Minas Gerais e autoridades de Paranaguá. Em 1757, o Ouvidor de Paranaguá, enviou uma bandeira de 200 soldados para Pedras Brancas, com a finalidade de submeter os posseiros. Enviada pela Câmara de Curitiba para vigiar os garimpos de Pedras Brancas, essa guarda ficou acantonada no Registro de Nossa Senhora do Carmo, na foz do Rio Capivari, no Tibagi, até 1765, onde foi instalado o forte militar de Nossa Senhora do Carmo. Nesse século, o vale do Tibagi também foi marcado pela passagem das expedições militares de Morgado de Mateus, governador de São Paulo, com destino ao Forte Militar de Iguatemi, no Mato Grosso. Entre os anos de 1769 e 1774, várias expedições partiram do Porto de São Bento, no Tibagi, com destino ao Rio Ivaí e, daí, para o Mato Grosso.

Durante a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, os Kaingang lutaram contra a invasão de seus

territórios nos Campos Gerais, atacando as fazendas que ali se implantavam e os viajantes que transitavam pela estrada que ligava Sorocaba ao Rio Grande do Sul. Também travavam batalhas contra os Kayowá pela disputa desses territórios. Por sua vez, os Kayowá fizeram alianças políticas com o Barão de Antonina para terem acesso aos seus bens, não apenas ferramentas e roupas, como relata Antonina, mas, inclusive, armas de fogo que lhes possibilitava sustentar a guerra com os Kaingang na retomada de seus territórios perdidos por ocasião da destruição das Reduções Jesuíticas. “ Isso pode ser demonstrado no empenho do Barão de Antonina junto ao governo provincial de São Paulo para conseguir recursos que viabilizassem a fixação dos Kayowá cada vez mais no interior dos territórios dos bravios Kaingang”.

Parece-me pois de transcendente utilidade que se empregam todos os meios possíveis para fixar esta tribu neste sertão, [...] procurar crear entre os indígenas as necessidades do homem civilizado facultando-lhes para isso, gratuitamente os meios necessários. [...] que se escolhesse um lugar conveniente no sertão, [...] e ahi principiar-se uma especie de aldeamento, junto ao qual se mandariam fazer roças para o mantimento por tres ou mais annos consecutivos, á custa dos cofres publicos, fornecendo-se ao mesmo tempo aos indios alguma ferramenta ou vestuário todos os annos. [...] ensiná-los a criarem porcos, aves e mesmo dar-lhes algum gado. [...] em breve elles se tornariam homens uteis á sociedade, e continuariam a prestar-nos os mesmos serviços de defeza contra as tribus ferozes (MACHADO, 1846, p. 252).

A estratégia do Barão foi a de utilizar de recursos públicos da província para transformar os Kayowá em “homens civilizados”, mas, enquanto isso não ocorresse, eles serviriam para defender as populações

brancas dos ataques dos Kaingang. Quanto à manutenção de suas guerras com os Kaingang, os Kayowá as continuariam, com ou sem a ajuda dos brancos. Resta saber se eles estavam de acordo com as ideias de Antonina de se transformarem em “homens civilizados”, adotando o teko aguije (modo de ser cristão ou civilizado), abandonando o teko ei (modo de ser indígena, antigo) e seus costumes seculares em troca de roças de milho, de porcos, de aves, de bois, de roupas e de ferramentas e armas. O desenrolar dos fatos demonstram que não foi bem como pensava Antonina, pois os Kayowá queriam, sim, a proteção e os bens que a sociedade branca poderia lhes fornecer, mas, mais que isso, miravam, a longo prazo, retomar seus territórios ocupados pelos Kaingang, sem deixar seus costumes e modos de vida ancestrais.

OS KAINGANG E AS COLÔNIAS INDÍGENAS DO IMPÉRIO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Corria o ano de 1858 na recém-criada Colônia de São Pedro de Alcântara, até então povoada pelos Kayowá, quando ali chegaram diversos grupos Kaingang. Essa presença alterou a rotina de vida tanto da Colônia Indígena como da Colônia Militar. Em dezembro, chegou o primeiro grupo, causando medo à população. Frei Timóteo deu-lhes algumas miçangas, e o comandante da Colônia Militar presenteou-os com machados e foices. Era um grupo composto de cinco mulheres e homens; eles vieram do lado sul, sem apresentar sinais de hostilidade, e os Kayowá os chamaram de Guaiquere.

Alguns dias depois, eles estavam de volta. No primeiro dia de 1859, às 8 da manhã, chegaram de 100 a 150 Kaingang a São Pedro.

Eles entraram na Colônia “depredando, furtando e rapinando vandalicamente”, conforme registrou frei Timóteo Castelnuovo (1974). Essa visita durou das 8 horas da manhã às 8 horas da noite, e foi necessário usar as armas para obrigá-los a se recolher. Na saída, mataram um boi carreiro. “Por aqui se ve a função das forças policiais acantonadas na Colonia Militar do Jatahy” (p. 259), expressou frei Timóteo. No dia seguinte, eles apareceram novamente de madrugada, mas foram impedidos de entrar no aldeamento pelas armas. Nesse mesmo dia, o comandante militar do Jatahy obrigou todos os moradores do Aldeamento de São Pedro a se transferirem para a Colônia Militar, no outro lado do rio; lá ficaram até o dia 5 de janeiro.

Em 19 de fevereiro de 1859, os Kaingang voltaram a São Pedro e foram presenteados pelo frei Timóteo. As visitas continuaram em março, e dessa vez foram os Kaingang que presentearam frei Timóteo com porcos do mato. E, a cada vez, apareciam indivíduos diferentes dos que tinham se apresentado anteriormente. No mês de maio, os Kaingang trouxeram mais caça e pinhão de presente, estabelecendo, dessa forma, relações de aproximação entre eles e os brancos das Colônias Militar e Indígena.

A comensalidade entre os Kaingang é um importante canal de sociabilidade, “pode-se caracterizar a comensalidade como uma verdadeira ‘porta’ que se abria e (re)unia as pessoas”, como afirma Kimiye Tommasino (1995, p. 68). A oferta de caça e de pinhão para frei Timóteo buscava, com certeza, “abrir as portas” das suas relações com os brancos de São Pedro de Alcântara. No mês de junho, frei Timóteo e o comandante da Colônia Militar foram visitar os Kaingang no seu aldeamento, num lugar chamado Três Bocas, no Rio Tibagi. Eles estavam pescando num pari e eram em torno de 40 pessoas, que os receberam com grande alegria. Pela descrição de frei Timóteo, e pelo tempo que

gastaram subindo o rio, esse pari estava armado nas corredeiras logo acima da confluência do ribeirão Três Bocas, no Tibagi.

Sempre que apareciam, os Kaingang procuravam levar ferramentas e objetos de ferro para seus acampamentos. Em 5 de setembro de 1859, um grupo de 69 Kaingang chegou na Colônia de São Pedro, “inquietos e exigentes carregaram milho e sustento para alguns dias, e ameaçaram com facas o cabo commandante do destacamento” (PARANÁ, 1860, p. 54). As facas com as quais os Kaingang ameaçaram o policial eram as mesmas que eles tinham recebido de presente em visitas anteriores. Tanto que presidente da província na época proibiu a doação de armas brancas aos indígenas, e ordenou a doação de apenas brindes inofensivos.

O grupo Kaingang que chegou à colônia indígena de São Pedro de Alcântara em fins de 1858 e em 1859 era uma parte dos que viviam nos campos denominados Paiquere, territórios entre os rios Ivaí e Piquiri, e que tinham sido atacados pelo Cacique Viri, em 1855. Muitos anos depois, em 1880, quando voltaram a viver nos territórios entre os rios Piquiri e Ivaí e estabeleceram relações com os brancos, eles relataram ao diretor dos índios de Guarapuava, Luís Daniel Cleve, o que tinha ocorrido com eles:

Nossos pais e nós por muito annos vivemos aqui em paz, mas veio de Palmas um indio Very com uma força consideravel, com muito armamento, e, cahindo de improviso sobre os toldos, matou muita gente nossa, levando muitos captivos. Então queimamos nossas aldeas e depois de chorarmos sobre as sepulturas de nossos antepassados e dos irmãos assassinados, emigramos para as terras do Mato Grosso, onde fomos dizimados pelas enfermidades. Passando de novo ao Paraná, viemos dar nas terras estereis de Tayoba, onde a fome logo fez sentir seus

crueis efeitos. Já desanimados com tantas desgraças, buscamos o amparo na colonia do Jatay, onde vivemos alguns annos, mas havendo dessidencia entre os indios d'aquella terra e a nossa gente, e sabendo que esta continuava saudosa da terra natal, e sabendo que alli estava tudo em paz, resolvemos vir de novo reedificar nossas aldeas (CLEVE in PARANÁ, 1881, p. 79).

A situação dos Kaingang, nesse momento, no vale do Tibagi, pode ser interpretada da seguinte forma:

Primeiro, temos a presença de diversos grupos Kaingang, que chamaremos de tradicionais do Tibagi, vivendo nos campos e nas terras altas, desde a margem direita do Rio Tibagi até o caminho do Viamão, nos Campos Gerais. Ocupavam a região desde antes da chegada dos espanhóis e portugueses. Por ocasião das expedições de Lopes e Elliot, na década de 1840, eles encontraram os campos, onde seria instalada a fazenda São Jerônimo, ocupada pelos Kaingang chefiados pelo cacique Inhoó.

Depois, no século XIX, temos a chegada dos Kaingang provenientes dos campos do Minkriniarê, hoje região de Laranjeiras do Sul, a oeste de Guarapuava. Tinha migrado para o norte e, em fins de 1858, chegaram a São Pedro de Alcântara exigindo ferramentas e alimentos. Eles continuaram suas visitas durante o ano de 1859, e as evidências mostram que, nesse momento, eles estavam ocupando os campos e os pinheirais do divisor das águas do Tibagi e do Pirapó, de onde levaram, no mês de maio, os pinhões para frei Timóteo; no mês de junho, este visitou seus pais na confluência do ribeirão Três Bocas, no Rio Tibagi.

Também temos a presença dos Kayowá em São Pedro de Alcântara desde o início da década de 1850. Grupos Kayowá, vindos do Mato Grosso, através de suas alianças com o Barão de Antonina, tinham

conseguido se fixar em pleno território Kaingang, e estavam reocupando o vale do Paranapanema e partes do Tibagi. Havia, portanto, uma disputa territorial entre essas duas etnias enquanto o Império buscava implantar, ali, sua política de aldeamentos através das Colônias Indígenas. Este último fato devia estar preocupando os Kaingang, pois eles estavam observando seus inimigos ancestrais em aliança com os brancos, erguendo seus tekoha nos seus territórios, recebendo presentes, alimentados pelas roças dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e Nossa Senhora do Loreto do Pirapó.

Assim, os Kaingang que viviam a leste do Tibagi, além de presenciarem os Kayowá ocupando os territórios ao longo do Tibagi, estavam sendo empurrados pelas populações nacionais, que tinham ocupado seus territórios nos Campos Gerais, para as serras e as florestas do Tibagi. Além de observarem as expedições do Barão de Antonina e os viajantes que rumavam para o Mato Grosso devassarem os últimos campos e pinheirais que lhes restavam – no caso, os do cacique Inhoó –, que seriam ocupados por uma fazenda do Barão de Antonina.

Nessa conjuntura, os Kaingang traçaram sua estratégia: também queriam ser beneficiados pelos investimentos que o Império estava fazendo nas Colônias Indígenas do vale do Tibagi. Entre 1855 e 1858, Nossa Senhora do Loreto tinha recebido 3.420\$605 (contos de réis) e São Pedro de Alcântara, a quantia de 17.000\$000 (contos de réis), num total de mais de 20.000\$000. Parte dos investimentos destinava-se ao pagamento de salários dos diretores e dos trabalhadores dos aldeamentos, mas parcelas desses valores eram gastas com mercadorias que eram distribuídas aos indígenas. Assim, atacaram a fazenda São Jerônimo, invadiram a Colônia de São Pedro de Alcântara e a Colônia Militar do Jatahy, no final de 1858, exigindo ferramentas, armas, alimentos, vestimentas, enfim, queriam tudo que os Kayowá recebiam.

Os exploradores do Barão de Antonina, Joaquim Francisco Lopes e John H. Elliot, tinham chegado aos campos de Inhoó no dia 4 de dezembro de 1846. Ali eles o denominaram de São Jerônimo, e concluíram que eles eram suficientes para as instalações que o barão projetava. Criaram, então, a fazenda São Jerônimo, que deveria ser um entreposto entre o futuro Porto do Jatahy, no Tibagi, e a cidade de Castro, servindo de apoio para os comerciantes que seguissem do Paraná para o Mato Grosso pela via fluvial. Cinco anos depois, a fazenda que o Barão de Antonina tinha implantado nos territórios Kaingang estava em plena atividade, com o trabalho de escravos do Império cedidos ao Barão.

No entanto, em 14 de dezembro de 1858, os Kaingang atacaram a fazenda São Jerônimo:

Tambem em Castro, no dia 14 do proximo passado, grande numero de indios, quasi todos guerreiros, armados de arco, flexa, e lanças com choupas de ferro, assaltaram a fazenda S. Jerônimo na estrada para o Jatahy, invadiram a casa da residencia do administrador, o intimaram, que lhes entregasse todas as ferramentas, sob pena de ser morto, servindo de interprete d'elles uma indigena velha, que falla regularmente o portuguez (PARANÁ, 1859, p. 2).

O administrador da fazenda prometeu aos Kaingang mais brindes, e retirou-se com sua família e empregados para a fazenda Fortaleza, nas imediações do povoado de Tibagi, de propriedade de Manuel I. do Canto e Silva. Lá encontrou Joaquim Francisco Lopes, que fazia os preparativos de uma viagem ao Mato Grosso, para onde levaria material bélico. Imediatamente, Lopes rumou para São Jerônimo e distribuiu aos Kaingang, para apaziguá-los, os brindes que estavam destinados aos Kayowá da Colônia de São Pedro, no Jatahy. Nessa

ocupação parece não ter havido mortes, pois a intenção deles era conseguir objetos, ferramentas e outros brindes.

O desdobramento desses acontecimentos levou à criação do Aldeamento Indígena de São Jerônimo, em 17 de junho de 1859, por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. A planta da Colônia foi traçada por Elliot, e seu primeiro diretor foi Joaquim Francisco Lopes. Ela teve como primeiro religioso o frei Mathias de Gênova e, em seguida, assumiu o frei Luiz de Cimitile. Em 21 de junho de 1859, o Barão de Antonina passou para o domínio do governo imperial a fazenda São Jerônimo, da qual era dono havia 14 anos, desde a posse feita em 1846.

O documento a seguir esclarece os limites originais dessa fazenda e, conseqüentemente, da área original da Colônia Indígena de São Jerônimo:

Certifico em cumprimento do despacho de Sua Exa Douro Presidente da Provincia, exarada no requerimento retro, que revendo os avisos do Ministério do Império do anno de 1859, em um d'elles encontrei o termo da doação em que allude o referido requerimento, cujo termo assim conciliado, digo concebido. Termo de doação e transferencia de propriedade que de sua fazenda de S. Geronimo faz ao governo Imperial o Barão de Antonina.

Aos vinte um dias do mes de junho de mil oitocentos e cinquenta e nove, nêsta repartição Geral das terras publicas presentes o Diretor Geral interino da mesma Dr. Bernardo Augusto Nascente de Azambuja, do fiscal para esse fim nomeado Dr. João Manoel Pereira da Silva, compareceu o Barão de Antonina, e disse que entre os bens de que é senhor e possuidor, o é tambem de uma fazenda denominada S. Geronimo em abundantes terras de cultura, alguns rincões de campos e faxinaes, com o melhor

melhor de cem alqueires de capoeiras com uma casa coberta de telhas (ilegível) e trinta palmos de frente e outros ranchos para acomodações d escravos e assalariados, com seus monjolos, disse ser (ilegível) de espinhos, curraes e poteiros de encerrar animais, porções de untensis e ferramentas de lavoura, constando da relação que entrego e que vae adiante transcripto, propriedade que esta situada na Provincia do Paraná na estrada que vae do Municipio de Castro para a Colonia Militar do Jatahy e Indigenas de S. Pedro de Alcântara e Pirapó nêssa via de communicação que vae da mesma Provincia para a de Matto Grosso. Que esta fazenda mencionada a possue elle a quatorze annos por posse activa e passiva; e se divisa pelas seguintes confrontações, a saber - Pelo lado sul, com a Serrinha da Esperança, pelo norte, com o grande ribeirão do rio S. Geronimo, pelo do Oeste por um pequeno arroio que nasce da mencionada Serrinha denominado “Pilãozinho”, que desagua no rio Tibagy; e serve de divisas aos terrenos denominados Inhoó pertencente a Feliciano Nepomuceno Prates, e finalmente pelo do Leste por um possante ribeirão que nasce da mesma Serrinha e vae desaguar no mesmo ribeirão grande de S. Geronimo, servindo aquelle de divisa aos faxinaes das Alagoas e Santa Barbara e outros pertencentes tambem ao Barão de Antonina e onde conserva uma pequena porção de gado vaccum, muar e cavallar de sua conta. E disse mais que o terreno mensionado entre as divisas acima descriptas terá sei leguas quadradas, tres de Norte ao Sul e tres de Leste a Oeste do qual por ser o mais adequado e proprio para se formar um aldeamento onde se aglomerão os gentios Coroados que errantes vagão por aquelles sertões; faz doação ao Governo Imperial e por ordem de mesmo expresso aceitava a doação e transferencia da propriedade tal qual era feita, digo ao Governo Imperial, transferindo-lhe a plena propriedade do mesmo tão livre e desembaraçado como elle proprio possue. Ouvindo o que declarou o Diretor Geral interino acima mensionado, que em nome do Governo Imperial e por ordem do mesmo expresso

aceitava a doação e transferencia da propriedade tal qual era feita em fé ao que mandou assignar este termo que assgnou como fiscal acima nomeado o referido Barão de Antonina. Repartição Geral das Terras publicas 21 de junho de 1859. (assgnado) Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, João Manoel Pereira da Silva, Barão de Antonina. Extrahido da Secretaria da Provincia do Paraná em 1 de Maio de 1876 e copiado por Frei Timotheo Capuchinho.

Copiado a pedido do Reverendo Frei Luiz de Cemitile pelo escrivão do Juiz Comissario dos municipios de Castro, Ponta Grossa e Tibagy (ARQUIVO..., 1877, p. 58).

O aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de 27 de junho de 1859, ordenou ao presidente da província do Paraná que criasse o Aldeamento Indígena de São Jerônimo. O presidente Cardoso elogiou o local escolhido por ser rico em peixes e pinhões. Com certeza, os Kaingang já sabiam das riquezas naturais do local, tanto que, antes do Barão de Antonina se apossar desses terrenos, o cacique Inhoó já tinha ali suas moradias.

Para executar o aviso do Império, o presidente Cardoso nomeou “o cidadão Joaquim Francisco Lopes, para provisoriamente dirigir a citada aldêa, e designou o frei Mathias de Gênova para os trabalhos religiosos. Ao engenheiro Elliot recommendei o levantamento da planta da propriedade doada, a qual aguardo para vos ser presente oportunamente” (PARANÁ, 1860, p. 59). Também contratou 12 operários e designou mais dois africanos livres, bem como providenciou víveres para abastecimento e plantações.

Um dos primeiros grupos deslocados para esse aldeamento foi o do cacique Manoel Aropkimbé, num total de 78 Kaingang.



Figura 11: Cacique Kaingang Manoel Aropkimbé
Fonte: Keller [1865]

No início de 1860, J. F. Lopes foi a Curitiba com mais 32 Kaingang para receberem presentes. Lá, prometeram levar para São Jerônimo um grande número de Kaingang. Assim escreveu o presidente Cardoso sobre essa visita em Curitiba: “Estava para concluir este tópico quando fui surpreendido pela inesperada visita de 32 índios Coroados, dirigidos pelo dito Lopes. Pretendem estabelecer em S. Jeronymo, e promettem para ali conduzir grande numero de seus companheiros. Tenho, como disse, esperanças de que a mór parte d’elles, ali permaneça: não creio porem nas promessas que fazem” (PARANÁ, 1860, p. 59).

O presidente da província não acreditava nas promessas dos Kaingang; pressentia que eles tinham traçado uma política de utilização dessas instalações imperiais, e frei Luis de Cimitile, seu diretor, captou essa política na fala do cacique Aropkimbé – de que estava ali apenas porque queria os objetos dos brancos. Dizia ele: “demoram-se nos aldeamentos o tempo apenas de conseguir um objecto cubiçado como armas, enfeites, etc.” (PARANÁ, 1876, p. 98).

Podemos inferir que os Kaingang exigiram para eles um tratamento igual ao que estava sendo dado aos Kayowá em São Pedro de Alcântara e em Nossa Senhora do Loreto, isto é, roças plantadas pelos assalariados e escravos das colônias, ferramentas de aço e outras mercadorias, como sal, tecidos, armas etc. Fixaram-se na parte sul de São Pedro de Alcântara, instalando as aldeias do Engenho de Ferro, do Poço Bonito e do Limoeiro, dividindo, dessa forma, a Colônia de São Pedro de Alcântara com os Kayowá. Estavam, assim, impedindo a expansão destes para seus territórios ao sul, e procurando ter acesso aos investimentos que o Império fazia nos aldeamentos do norte da província.

O início do dismantelamento da Colônia Indígena de São Jerônimo ocorreu devido às concessões de terras que Cimitile passou

a fazer para moradores não indígenas, em São Jerônimo. O frei capuchinho, junto com os administradores civis do aldeamento, tinha cedido parcelas de terras a moradores brancos. Mas o Ministério da Agricultura, através do Aviso n.º 57, de agosto de 1881, declarou “sem efeito as concessões de terras feitas neste Aldeamento”. O presidente da província, Antônio Luiz Affonso de Carvalho, contestou essa revogação. “Com o devido respeito julgo fataes á prosperidade da catechese as doutrinas e as ordens contidas nesse acto do governo” (PARANÁ, 1882a, p. 82). Esse episódio desgastou o frei capuchinho, que pediu sua transferência para Guarapuava, o que ocorreu em conformidade com o aviso do Ministério da Agricultura de 22 de novembro de 1881.

O embate pelo apossamento dos territórios indígenas em São Jerônimo acirrou-se com a saída de Cimitile. Em 4 de fevereiro de 1882, a Câmara Municipal de Tibagi, liderada por Telêmaco Borba, sugeriu a criação de um novo aldeamento na margem esquerda do Tibagi, na barra do Rio Bello, extinguindo-se o da localidade de São Jerônimo. Ruy Wachowicz (1987) afirma que o objetivo de Telêmaco Borba e de seus seguidores era apoderar-se das terras de São Jerônimo. A população não indígena pressionou e fez valer a reivindicação de se transformar o aldeamento numa freguesia. A Lei Provincial n.º 709 de 27 de novembro de 1882 (PARANÁ, 1882c, p. 41-42) criou a freguesia de São Jerônimo, no município de Tibagi. Dessa forma, aprofundava-se a desterritorialização dos Kaingang em São Jerônimo, com a criação de uma povoação de nacionais nos territórios reservados aos Kaingang na margem direita do Tibagi.



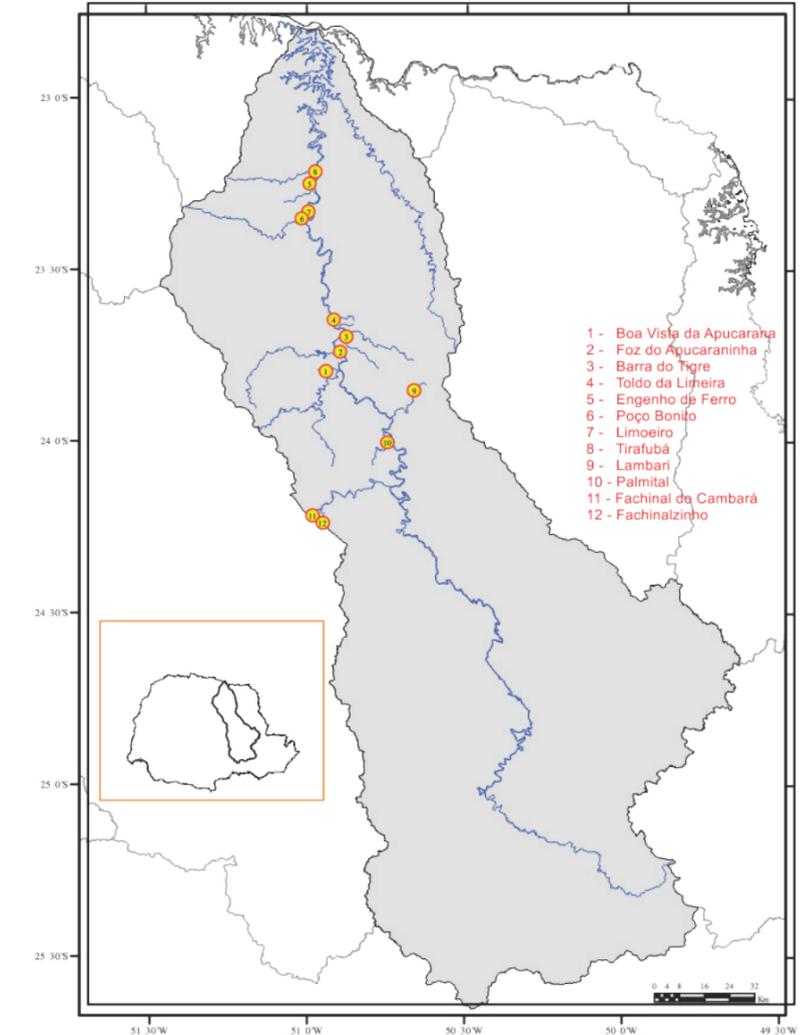
Figura 12: Vista do Aldeamento de São Jerônimo em 1863, Província do Paraná
 Fonte: Elliot (1993, p. 300)

OS KAINGANG NO VALE DO RIO TIBAGI NO SÉCULO XX

Com o advento da República, a situação das populações nas colônias indígenas tornou-se cada vez mais difícil. De 1885 até 1900, os diretores de São Jerônimo foram civis; de 1900 a 1910, passou a existir apenas um encarregado, e as verbas escassearam.

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), em 1910, o capitão José Ozório, responsável pela 7ª Inspeção Regional, em Curitiba, fez a inspeção dos “toldos” indígenas na região. Ali, conforme o capitão Ozório, havia doze aldeias, onde viviam em torno de 1.148 indígenas. Dessas, apenas a aldeia de Tirafubá (Tirajuba), na margem esquerda do Tibagi, a jusante da Colônia Indígena de São Pedro de Alcântara, era ocupada por Kayowá e Guarani-Ñandewa.

Bacia do rio Tibagi no Estado do Paraná



Mapa 1: Aldeamentos Kaingang e Guarani na bacia do Rio Tibagi, em 1910
 Fonte: Elaborado pelo autor

N	Nome da Aldeia	Data da visita	Localização aproximada	Cacique	Etnia	Pop.
01	Boa Vista da Apucarana	6 e 7/12/1910	20 km de São Jerônimo no alto da Serra da Apucarana	Ignácio Chocanban	Kaingang	114
02	Foz do Apucarantina	7/12/1910	Margem esquerda da foz do Apucarantina no Tibagi.	Chico Telémaco	Kaingang	21
03	Barra do Tigre	8/12/1910	Foz do Rio do Tigre no Tibagi, margem direita	Cacique Siqueira	Kaingang	18
04	Toldo da Limeira	8 e 9/12/1910	No alto da serra de São Jerônimo a 920 metros de altitude	Cacique Julio Feio	Kaingang	118
05	Engenho de Ferro	12 a 15/12/1910	Receberam a visita dos caciques e lideranças na sede da Colônia Militar do Jataí	Não informou o nome dos Caciques	Kaingang	111
06	Poço Bonito					
07	Limoeiro					
08	Tirafubá					
09	Lambari	16/12/1910	Distante 35 km a leste de São Jerônimo	Cacique Candido	Kaingang	97
10	Palmital	17/12/1910	Atual TI Mococa	Cacique Timotheo	Kaingang e Guarani	?
11	Fachinal do Cambará	19/12/1910	Proximidades da TI Queimadas	Cacique Ferreira	Kaingang	149
12	Fachinalzinho	20/12/1910	Proximidades da TI Queimadas	Cacique Alfredo Veigmon	Kaingang e Xetá	164
De 6 a 20 de dez de 1910 Capitão Ozório recenseou 1.044 pessoas, mas calculou que as omissões podiam chegar até 10%, com isso aproximou seu cálculo para 1.148 indígenas vivendo na bacia do Rio Tibagi no final de 1910.						1.148

Quadro 1: Emãs Kaingang e Tekohas Guarani visitados pelo capitão José Ozório em dezembro de 1910
Fonte: Elaborado pelo autor

Até 1920, os territórios indígenas de São Jerônimo foram invadidos por posseiros de todos os tipos, tanto com a apropriação de lotes na sede da Vila, como com a de lotes rurais. Esses contingentes de famílias não indígenas, que passaram a chegar a partir da proclamação da República, quando somadas com as já existentes desde o Império, resultam em mais de 400 famílias de posseiros vivendo na vila e no entorno de São Jerônimo. E os grileiros da época provincial argumentavam que a Lei Provincial nº 1.114, de 27 de setembro de 1860, autorizava a venda das terras pertencentes às missões ou aldeamentos indígenas que estivessem abandonadas. O mesmo ocorria nas regiões próximas a São Pedro de Alcântara, como se pode ver no mapa a seguir (Figura 14), uma grande área na margem direita do Tibagi, vizinha à Colônia Militar do Jatahy, retalhada para comercialização.

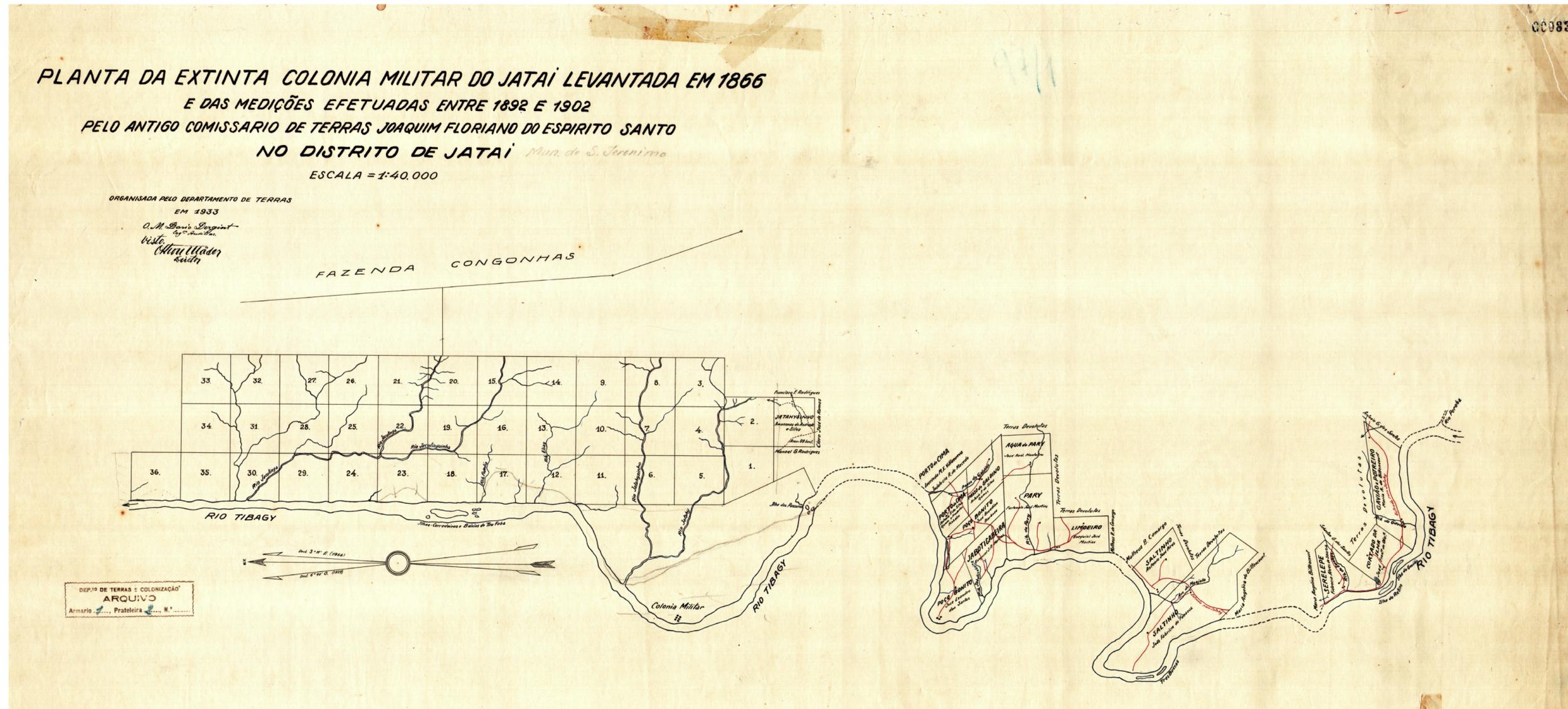


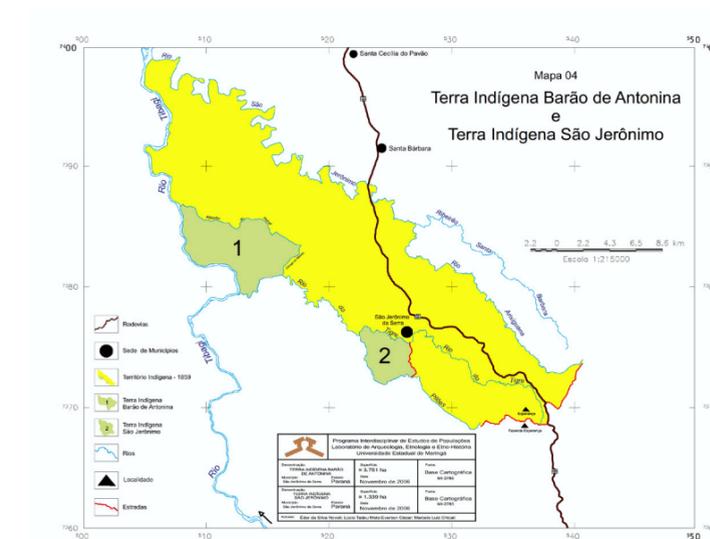
Figura 13: Loteamento dos territórios indígenas na Colônia Militar do Jatahy
Fonte: Arquivo Público do Paraná

Em 1920, a Lei Estadual nº 1.918 criou o município de São Jerônimo. Com isso, estabeleceu-se o impasse com o SPI, que não reconhecia a autoridade do Estado do Paraná para criar município nas terras indígenas, que eram federais. Com a instalação do município, vieram os órgãos institucionais, como delegacia de polícia, coletoria etc., que se sobrepunham e chocavam-se com as autoridades do SPI.

Nessa época, o SPI no Paraná sofreu intensa campanha de desmoralização por parte de Arthur Martins Franco e seus seguidores, nos jornais A República, Gazeta do Povo, O Dia etc. Em 1924, o SPI denunciou a invasão das terras indígenas de São Jerônimo, inclusive pelo deputado federal Arthur Franco. Em 31 de outubro de 1924 foi publicado, à folha nº 3.526 do Diário Oficial, o projeto de extinção do aldeamento de São Jerônimo, proposto por Franco. Apesar do esforço desse deputado, que dizia defender os povos nativos e os trabalhadores nacionais, a área indígena de São Jerônimo foi mantida até 1945, quando o Decreto-Lei nº 7.692, de 30 de junho de 1945, autorizou o governo federal a ceder gratuitamente ao Estado do Paraná as terras da fazenda São Jerônimo, na extensão de 29.040 ha, reservando-se uma área de 4.840 ha para o posto indígena Barão de Antonina.

Quatro anos depois, em 1949, o Tribunal de Contas da União aprovou o acordo da União com o Estado do Paraná na cessão dessas terras pertencentes aos Kaingang. Com isso, os Kaingang ficaram com apenas 14% das terras da antiga fazenda São Jerônimo, e em terras não contínuas, o restante estavam invadidas por posseiros e grandes fazendeiros.

Nas terras da fazenda São Jerônimo, que foram transformadas no aldeamento indígena de São Jerônimo, cresceu a vila e hoje cidade de São Jerônimo da Serra. E os seculares territórios dos Kaingang nos vales dos rios Tibagi, das Cinzas, Apucarana e outros rios menores foram sendo ocupados e transformados em fazendas de gado, campos de soja e em grandes, médias e pequenas cidades paranaenses. À primeira vista, parece que os “brancos” conseguiram impor seu poderio e conquistar todos esses territórios dos Kaingang, mas o olhar apressado pode incorrer em erro. Os Kaingang ali permaneceram e conseguiram manter algumas parcelas de seus territórios em meio à ocupação da sociedade envolvente.



Mapa 2: Terra Indígena Barão de Antonina e Terra Indígena de São Jerônimo
Fonte: Novak, Mota, Cézar e Chicati (2008)

Bacia do Rio Tibagi						
N	Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Situação fundiária	Área (Ha)	População (IBGE 2010)
01	Apucarana	Kaingang	Tamarana	Registrada Situação atual: os Kaingang reivindicam uma área de 725 ha em posse da empresa Nutritional Agropecuária Ltda.	5.575	1.647
02	Barão de Antonina	Kaingang	São Jerônimo da Serra	Registrada no SPU (1977) e no CRI (1992)	3.750	474
03	São Jerônimo	Kaingang Guarani Xetá	São Jerônimo da Serra	Registrada no SPU (1977) e no CRI (1992)	1.339	586
04	Mococa	Kaingang	Ortigueira	Registrada no SPU (1996)	859	163
05	Queimadas	Kaingang	Ortigueira	Registrada no CRI (1996) e no SPU (1998)	3.077	543
05	Total				14.600	3.413

Tabela 4: Situação atual das Terras Indígenas na bacia do Rio Tibagi
Fonte: Elaborada pelo autor

CONCLUSÕES

O vale do Tibagi foi primeiramente ocupado por populações de caçadores-coletores nominadas pela arqueologia de Tradição Humaitá e Tradição Umbu. Seus vestígios materiais predominantes são artefatos e resíduos de lascamentos líticos, e a antiguidade dessa ocupação apresenta datas que ultrapassam nove mil (9.000) anos Antes do Presente.

Avalia-se que entre 2.500 e 2.000 anos antes do presente começaram a chegar à região os povos indígenas que estão até hoje nesses territórios. Os Kaingang deixaram os indícios de sua ocupação pretérita como a cerâmica da Tradição Itararé, e outros marcadores de sua cultura material, como as armadilhas de pesca chamadas de pari, os mounds resultantes de enterramentos, casas semi-subterrâneas e praças cerimoniais. A entrada dessas populações no Paraná se deu pelos campos e cerrados dos interflúvios dos rios Paranapanema/Itararé e Ribeira. Também em torno desse período chegaram ao vale do Paranapanema/Tibagi as populações agricultoras e ceramistas conhecidas como Guarani. Nessa época, elas já tinham ocupado os territórios das bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná, bem como seus afluentes menores. O Rio Paranapanema é considerado, como sugerido por José P. Brochado (1984), a “porta de entrada” das populações falantes da língua Guarani para os territórios a leste do Rio Paraná.

Com a chegada dos europeus os povos indígenas que viviam nos territórios banhados pelo Rio Tibagi tiveram que lidar com as várias situações sociais, políticas, epidêmicas, e históricas que foram ocorrendo. Assim, a análise histórica não pode ser dicotômica: índios contra brancos, ela contém uma complexidade que vai muito além dessa

dicotomia ou de uma leitura vitimista do que foram as relações sócio-históricas entre povos indígenas e não indígenas no Tibagi.

O primeiro período, entre a chegada dos primeiros navios no litoral, expedições pelo interior até o Paraguai, criação de cidades espanholas e Reduções Jesuíticas e sua destruição pelos bandeirantes de São Paulo, deve-se considerar que os invasores (espanhóis, jesuítas, bandeirantes) tinham interesses diferenciados. De um lado tivemos os choques entre os encomendeiros espanhóis, que obrigavam os Guarani a coletarem a erva-mate nos ervais nativos da região ou nos ervais de Maracaju, no Mato Grosso, e os padres Jesuítas, que reuniam os indígenas nas Reduções para sua pregação religiosa e imposição dos valores da sociedade invasora. Cruzando os interesses dos encomendeiros espanhóis e dos padres da Companhia de Jesus, tivemos os bandeirantes paulistas, que vieram ao Guayrá em busca de seu butim. Do outro lado, populações falantes do Guarani e os Kaingang fazendo uma leitura própria da conjuntura, que resultou em suas políticas de alianças, de acordos ou de ataques e guerras. Essa situação sócio-histórica complexifica o entendimento sobre os fatos ocorridos nas relações deles com os invasores de seus territórios nesse período que vai até 1632 quando as Reduções Jesuíticas foram destruídas.

Com isso as populações falantes do Guarani se dispersaram. Parte foi para o sul junto com os padres jesuítas; outra parte foi levada presa pelos bandeirantes para São Paulo; e o restante dispersou por seus antigos territórios do Guayrá, no Paraná, e na Serra de Maracaju, no Mato Grosso do Sul. Com a diminuição da população Guarani, os Kaingang expandiram seus territórios na região, até que, em meados do século XIX, tem-se novos relatos da presença dos Guarani-Kayowá, fazendo a reocupação do vale dos rios Paranapanema e Tibagi. Mas temos que lembrar ainda que grandes contingentes de populações

indígenas foram dizimados nesse período devido as epidemias trazidas pelos invasores.

No século XIX, os indígenas tiveram que lidar com uma nova conjuntura política, que foi a da Catequese e de Civilização dos índios imposta pelo governo imperial brasileiro. Ela visava “catequizá-los” isto é, torná-los cristãos, e “civilizá-los”, torná-los cidadãos brasileiros, adensá-los em Colônias Indígenas e liberar seus territórios para ocupação não indígena. Mais uma vez os indígenas foram protagonistas dos eventos aí ocorridos. Eles traçaram uma política própria para utilizarem as facilidades e os benefícios que as Colônias do Império poderiam propiciar. Eles reelaboraram, a seu modo, a política de “catequese e civilização” dos conquistadores e procuraram imprimir seu ritmo no funcionamento das Colônias, mesmo que para isso tivessem que fingir que tinham aceitado as leis dos conquistadores e a religião dos padres

No século XX, na República, o interesse das elites locais pelos territórios indígenas no vale do Rio Tibagi foi potencializado. No início do século o governo do Paraná promulgou decretos fixando áreas de terras para os indígenas, e ao fixar onde os indígenas deveriam permanecer, os decretos também definiam onde eles não poderiam mais ficar. Isso liberava grandes parcelas de terras para serem negociadas pelos governos estaduais. As elites vislumbravam não apenas os valores das terras, mas calculavam nelas os valores das imensas reservas de madeira e de outros recursos naturais que propiciariam bons lucros aos seus proprietários. À primeira vista, parece que os “brancos” conseguiram impor seu poderio e conquistar todos os territórios indígenas no Tibagi, mas o olhar apressado pode incorrer em erro. As populações indígenas não foram adensadas apenas em uma área a eles reservada como queria o governo local no início do século. Eles ainda

conseguiram manter algumas parcelas de seus territórios, mostraram vitalidade e aumentaram sua população, se em 1910 eram 1.148 pessoas, hoje são quase 3.500 distribuídas em cinco Terras Indígenas. E ainda tiveram a generosidade de receber e abrigar os Xetá, expulsos de seus territórios no Rio Ivaí, nos anos de 1950.

Operando em balizas assimétricas impostas pela situação colonial, as populações indígenas no vale do Rio Tibagi conseguiram sustentar com um fenomenal esforço os diversos tipos de ações que lhe impuseram os conquistadores, ao longo de quinhentos anos, com a finalidade de dissolvê-las na população luso-brasileira e apropriar-se de seus territórios.

Procuramos mostrar que eles agiram para contrapor a ocupação de seus territórios, o desmantelamento de seus modos de vida e a sua eliminação física. Identificaram os invasores e desenvolveram estratégias para lidar com cada um deles, qualificando-se como sujeitos históricos, e não como meros espectadores indefesos.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS – DOCUMENTAÇÃO

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 9 de janeiro de 1854a. (Doc. manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 6 de junho de 1854b. (Doc. manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 22 de agosto de 1854c. (Doc. manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ofício. Curitiba, 1 de junho de 1877. (Doc. manuscrito).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Decreto n.º 6, de 5 de julho de 1900. Curitiba: S.l., 1900.

BRASIL. O Regulamento das colônias indígenas do anno de 1857 – Províncias do Paraná e Mato Grosso. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba, v. 3, n. 2/3, p. 66-74, 1978.

CASTELNUOVO, Timóteo de, Fr. Princípio e progresso do aldeamento indígena de S. Pedro de Alcântara. In: CAVASO, Emilio da, Fr. Sobre a atividade dos capuchinhos no Paraná – Brasil. BIHGEP, Curitiba, v. 37, p. 235-284, 1974.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COLOMBINA, Francisco Tosi. Descobrimto das Terras do Tibagi. Maringá: Imprensa Universitária Maringá, 1974 [1753].

CORTESÃO, Jaime (org.). Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

ELLIOT, John H. As “entradas” de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot. RIHGESP, São Paulo, v. 28, p. 221-229, 1930.

ELLIOT, John H. Itinerário das viagens exploradoras pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 10, p. 153-177, 1848.

ELLIOT, John H. A emigração dos Cayuaz. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 19, n. 21, p. 434-474, 1856.

ELLIOT, John H. Aldeamento de índios de São Pedro de Alcântara no Paraná. In: ELLIOT, John H. Mappa chorographico da provincia do Paranã (sic): incluindo também parte das províncias circunvizinhas, República do Paraguay e Confederação Argentina, augmentado com os ultimos (sic) explorações feitos nos Rios Paranã, Amanbahy, Escopil e iguatimy (sic) por Lopez e Elliott no anno de 1857/Dezenhado por João Henrique Elliott [Cartográfico], [1859?]. 1 mapa.

ELLIOT, John H. Vista do Aldeamento de São Jerônimo em 1863, Província do Paraná. Imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emilio Odebrecht, 1993.

KELLER, Franz. Cap. Manoel Chefe dos Índios Coroados do Ald. de S. Jeronimo. [S.l.: s.n.], [1865]. 1 desenho, grafite, aquarela, col., 15,2 x 13,7. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=35579. Acesso em: 18 ago. 2020.

KELLER, Franz. Morada de Frei Timotheo de Castelnuevo: director do Aldeamento de S. Pedro de Alcântara no Tibagy. [S.l.: s.n.], 1867. 1 desenho, grafite, pb., 12,8 x 21,5cm colado em papel 22,9 x 33,2. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=35584. Acesso em: 26 mar. 2018.

KELLER, Franz. Reprodução por anônimo segundo aquarela de Franz Keller [1865]. Maringá: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM, [1865].

MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina). Carta do Barão de Antonina ao Ministério da Guerra em 21/12/1842. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 5, p. 109-177, 1842.

MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina). Cópia da participação oficial, que em data de 2 de setembro de 1843 dirigiu João da Silva Machado (hoje Barão d’Antonina) ao governo da provincia, acerca dos alojamentos de indígenas no municipio de Itapeva. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 8, p. 251, 1846.

MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina). As entradas de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot – o Barão de Antonina. RIHGESP, São Paulo, v. 28, p. 261-262, 1930.

OZÓRIO, José. Relatório apresentado à Diretoria Geral, Anno de 1910. Rio de Janeiro: SPILTN, 1910.

PARANÁ. Governador (1853-1855: Vasconcelos). Relatório... 8 de fevereiro de 1855. Curityba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855.

PARANÁ. Governador (1857-1859: Mattos). Relatório... 7 de janeiro de 1859. Curityba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

PARANÁ. Governador (1859-1861: Cardoso). Relatório... 1º de março de 1860. Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1860.

PARANÁ. Governador (1864-1866: Fleury). Relatório... 21 de março de 1865. Curityba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1865.

PARANÁ. Governador (1870-1873: Lisboa). Relatório... 15 de fevereiro de 1872. Curityba: Typ. Viuva Lopes, 1872.

PARANÁ. Governador (1870 - 1873: Oliveira Lisboa). Relatório do Presidente da Província do Paraná Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa apresentado à Assembléia Legislativa na abertura da 1ª sessão da 10ª legislatura da Província do Paraná em 15 de fevereiro de 1872. Rio de Janeiro: MEC/SEAC, 1872. 1 bobina de microfilme. 35mm.

PARANÁ. Governador (1873-1875: Abranches). Relatório... dia 15 de fevereiro de 1874. Curityba : Typ. Viuva Lopes, 1874.

PARANÁ. Governador (1875 – 1877: Lins). Relatório 15 de fevereiro de 1876. Curityba: Typ. Viuva Lopes, 1876.

PARANÁ. Governador (1880-1881: Pedrosa). Relatório... 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

PARANÁ. Governador (1869-1870: Carvalho). Relatório... 1º out. 1882. Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882a.

PARANÁ. Governador (1869-1870: Carvalho). Relatório... 23 de maio de 1882. Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882b.

PARANÁ. Lei n. 709 de 27 de novembro de 1882. Leis e Decretos da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882c. t. 29, p. 41-42.

PARANÁ. Decreto n.º 6, de 5 de julho de 1900. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná 1900. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1906.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Comarca de Curitiba. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1820.

FONTES SECUNDÁRIAS - PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Aluísio de. Achêgas à biografia do Barão de Antonina. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, c. 111, p. 7-39, 1947.

BALANDIER, Georges Antropológicas. São Paulo: Cultrix, 1976.

BALANDIER, Georges. Antropologia política. Lisboa: Presença, 1987.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. Cadernos de Campo, v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993 [1991].

BIGG-WITHER, Thomas P. Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná – 1872/1875. Rio de Janeiro: José Olympio; UFPR, 1878.

BONOMO, Mariano; ANGRIZANI, Rodrigo Costa; APOLINAIRE, Eduardo; NOELLI, Francisco Silva. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. Quaternary International, v. 356, p. 54-73, jan. 2015.

BROCHADO, José Proenza. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. Primera Parte. Relaciones de La Sociedad Argentina de Antropología, Buenos Aires, v. 7, p. 7-39, 1973.

BROCHADO, José Proenza. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Illinois at Urbana-Champaign, Champaign, 1984.

BROTERO, Francisco de Barros. Barão de Antonina. Apontamentos Genealógicos. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, [s.d.].

CHMYZ, Igor (ed.). Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. Parte II. Arqueologia, Manuais de Arqueologia, Curitiba, v. 11, p. 1-30, 1969.

CHMYZ, Igor; CHMYZ, João Carlos Gomes. Datações radiométricas em áreas de salvamento arqueológico no Estado do Paraná. Arqueologia, Curitiba, v. 5, p. 69-77, 1986.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane Maria; VOLCOV, Jonas Elias; BORA, Eloi; CECCON, Roseli Santos. A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná - São Paulo. Arqueologia, Curitiba, v. 5, p. 1-305, 2008. Número especial.

CUNHA, Manuela C. da. Legislação indigenista no século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.

PARANÁ. Governador (1875 – 1877: Lins). Relatório 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: Typ. Viuva Lopes, 1876.

PARANÁ. Governador (1880-1881: Pedrosa). Relatório... 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

PARANÁ. Governador (1869-1870: Carvalho). Relatório... 1º out. 1882. Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882a.

PARANÁ. Governador (1869-1870: Carvalho). Relatório... 23 de maio de 1882. Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882b.

PARANÁ. Lei n. 709 de 27 de novembro de 1882. Leis e Decretos da Província do Paraná. Curitiba: Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, 1882c. t. 29, p. 41-42.

PARANÁ. Decreto n.º 6, de 5 de julho de 1900. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná 1900. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1906.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem à Comarca de Curitiba. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1820.

FACCIO, Neide Barrocá. Arqueologia do cenário das ocupações horticultoras da Capivara, Baixo Paranapanema-SP. 1998. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FERNANDES, José Loureiro. Os Caingangues de Palmas. Arquivos do Museu Paranaense, Curitiba, v. 1, p. 161-209, 1941.

FRANCO, Arthur Martins. Frei Timotheo de Castelnovo. Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 203-212, 1936.

FRIGO, Adelino, Fr. Memórias de um herói: Frei Timóteo de Castelnuovo. Londrina: Grafmark, 1995.

MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina). Cópia da participação oficial, que em data de 2 de setembro de 1843 dirigiu João da Silva Machado (hoje Barão d'Antonina) ao governo da província, acerca dos alojamentos de indígenas no município de Itapeva. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 8, p. 251, 1846.

MERCER, Edmundo A.; MERCER, Luiz Leopoldo. História de Tibagi. Curitiba: Cenicom, 1977 [1934].

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (org.) A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237- 249.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A política indigenista brasileira durante o século XIX. 1971. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, Rio Claro, 1971.

MOTA, Lúcio Tadeu. Os índios Kaingang e as autoridades do Paraná provincial: uma interpretação de três documentos da Câmara Municipal de Ponta Grossa – PR, de 1880. Pós-História, Assis, v. 3, p. 139-163, 1995.

MOTA, Lúcio Tadeu. As colônias indígenas no Paraná provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu (org.). Redução jesuítica de Santo Inácio. Maringá: Eduem, 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. Antíteses, v. 7, n. 13, p. 358-391, 2014a.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. Patrimônio e Memória, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014b.

MOTA, Lucio Tadeu. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 27, p. 135-157, 2016.

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: UEM, 1999. p. 21-50.

NIMUENDAJU, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo*. São Paulo: Editora da USP; Hucitec, 1987 [1914].

NOVAK, E. S.; MOTA, L. T.; CÉZAR, E.; CHICATI, M. L. Mapa 04 - Terra Indígena Barão de Antonina e Terra Indígena de São Jerônimo. Maringá: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: CNPq; Marco Zero, 1988.

ORLEANS, Casimiro M. de, Fr. *Pai dos Coroados*. Curitiba: Max Roesner, 1957.

PINTO JUNIOR, Joaquim Antonio. *Memoria sobre a cathechese e civilização dos indigenas da provincia de S. Paulo*. Santos: Typ. Commercial, 1862.

PRIMERIO, Fidelis M. de, Fr. *Capuchinhos em terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Martins, 1942

TAUNAY, Affonso de E. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. São Paulo: José Olympio, 1955.

TOMMASINO, Kimiye. *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WISSENBACH, Maria C. C. *Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

ACERVO TRIDIMENSIONAL: KAINGANG - GUARANI - XETÁ

exemplares da coleção

CURADORIA/FOTOGRAFIA: AMAURI RAMOS DA SILVA



URNA COM TAMPA

Urna em argila com tampa, ambas decoradas com pintura (traços geométricos em vermelho). Na tradição Guarani era usada para sepultamentos, armazenamento de alimentos e água, produção de bebidas fermentadas. Nos registros do Museu Histórico de Londrina consta “urna funerária”. Dimensões: Altura: 52,5 cm. Tampa 18,5 cm. Largura: Urna 61 cm, Tampa 38cm. Diâmetro: Urna 33 cm, Tampa 25 cm.



TIGELA
Cultura: Kaingang
Vaso cerâmico de formato circular abaulado, bordas alongadas para fora com ungulados na decoração externa
Dimensão: 5,5 x 8,2cm



TIGELA
Cultura: Kaingang
Vaso cerâmico de formato circular abaulado, bordas alongadas para fora, cerâmica corrugada.
Dimensão: 06 x 8,5 cm



VASO CERÂMICO
Cultura: Guarani
Recipiente cerâmico de formato circular e base abaulada, com borda lisa e pintura avermelhada, decorado com frisos por toda a extensão de seu corpo.
Dimensão: 21 cm x 13 cm



MACHADO CERIMONIAL DE TIPO SEMILUNAR
Cultura: machado semilunar original da Tradição Macro-Jê
Machado em pedra de formato semilunar polido, com lâmina de corte nas extremidades.
Dimensão: 0,14 x 0,16 cm

LÂMINA DE MACHADO
Cultura: Kaingang
Lâmina de machado em pedra polida de formato irregular, com lâmina de corte em uma das extremidades, pintura numera 77 em branco.
Dimensão: 0,14 x 0,6 cm



LÂMINA DE MACHADO
Cultura: Kaingang
Lâmina de Machado em pedra polida cinza, de formato irregular, pontiagudo em uma das extremidades possui uma saliência côncava ao centro e achatado na outra extremidade.
Dimensão: 7,5cm x 49,5cm x 7,6cm x 7,6cm





MACHADO
Cultura: Xetá

Machado em pedra polida com cabo em madeira. Na extremidade oposta do cabo, forma de cunha para cavar a terra.
Útil para atividades como cortar troncos e arrancar raízes.
Dimensão: 0,40 x 0,20 x 0,10 cm



MACERADOR / QUEBRA COQUINHO
Cultura: Desconhecida

Confeccionado em pedra polida composta de duas peças com as quais se macera
vegetais e sementes.
Dimensão: diâmetro 0,20. Altura: 0,15 cm



MÃO DE PILÃO
Cultura: Desconhecida

Mão de Pilão em pedra polida de formato irregular pontiagudo em uma das extremidades
Dimensão: 7,5 x 49,5 x 7,6 x 7,6cm



RASPADEIRA
Cultura: Tradição Humaitá
Raspadeira em pedra lascada de formato irregular,
com lâmina de corte nas extremidades.
Dimensão: 0,16 x 0,6 cm



MACERADOR
Cultura: Xetá
Macerador de vegetais e sementes. Quebra coquinho
Dimensão: 0,18 x 0,08 cm



CESTO
Cultura: Guarani
Cesto de formato circular abaulado em taquara trançada, com tampa na cor natural
Dimensão: 17 x 13 cm



PENEIRA
Cultura: Guarani
Peneira confeccionada com taquara trançada em formato circular, amarrada com barbante
cinético branco
Dimensão: 0,30 x 0,3 cm



ESTEIRA
Cultura: Xetá
Esteira de folha de palmito Jussara usada para repouso
Dimensão: 1,00 x 0,60 cm



PARI - ARMADILHA DE PESCA
Cultura: Kaingang
Pari Esteira de formato abaulado, confeccionado com lâmina de bambu trançado
Dimensão: Altura: 1.80 x 0,60 cm



COVO
Cultura: Kaingang
Armadilha de Pesca de formato cilíndrico abaulado confeccionado
com lâmina de bambu trançado.
Dimensão: Altura: 1,40 x 0,40 cm



ARAPUCA
Cultura: Kaingang
Armadilha de caça confeccionada com hastes de bambu amarradas com cipó em formato de X.
Dimensão: 0,40 x 0,40 cm x 0,35 cm



BORDUNA
Cultura: Ava Guarani
Haste em madeira de formato retangular pontiagudo todo serrilhado em uma das extremidades.
Decorado com pintura vermelha e preta com grafismo Guarani e penas na base central na cor cinza
Dimensão: 1,00 x 0,05 cm



FLECHA
Cultura: Kaingang
Confeccionada com haste de taquara e ponta em madeira amarrada com cipó fino
Dimensão: 0,32 x 0,1,5 cm



FLECHA
Cultura: Kaingang
Confeccionada com haste de taquara e ponta serrilhada em madeira amarrada com cipó fino
Dimensão: 0,78 x 0,025 cm



FLECHA
Cultura: Kaingang
Confeccionada com haste de taquara e ponta serrilhada em osso de peixe amarrada com cipó fino e contas vegetais formando a decoração da base da flecha.
Dimensão: 0,52 x 0,5 cm



PONTA DE FLECHA
Cultura: Kaingang
Confeccionada em madeira com haste pontiaguda nas duas extremidades
Dimensão: 0,20 x 0,02.8 cm



ARCO E FECHA
Cultura: Kaingang
Arco confeccionado com uma haste de madeira curvada, preso nas duas extremidades por um cordão de cipó trançado. Na parte central decoração em taquara trançada. Possui duas flechas em bambu decoradas numa extremidade com penas e, na outra ponta, em madeira
Dimensão: Arco 1.20 x 0,15 cm. Flechas 0,70 x 0,02 cm



BODOQUE
Cultura: Kaingang
Confeccionado com uma haste de madeira curvada, preso nas duas extremidades por cordões trançados. Na parte central possui encaixe para apoio da pedra a ser lançada
Dimensão: 1,30 x 0,17 cm



TEMBETÁ
Cultura: Xetá
Confeccionado com resina e osso de animais. Era utilizado no lábio inferior pelos meninos quando atingiam a puberdade e estavam já preparados para o casamento.
Dimensão: 0,06 x 0,10 cm



COLAR
Cultura: Xetá
Colar com Tembetá em madeira, cordão cinético azul e duas contas azuis na extremidade do cordão
Dimensão: Tembetá: 0,6 x 0,8. Cordão: 0,60 cm



COLAR
Cultura: Ava Guarani
Confeccionado com sementes marrons e vermelhas encaixadas em cordão de fibra vegetal trançado
Dimensão: 0,78 x 0,36 cm



COCAR
Cultura: Kaingang
Cocar composto de penas pretas e laranja encaixadas em uma base de fibra vegetal trançada e barbante de algodão branco
Dimensão: 0,20 x 0,28 cm



COCAR
Cultura: Kaingang
Cocar composto de penas azul e preta encaixadas em uma base de fibra vegetal trançada
Dimensão: 0,32 x 0,20 cm



COCAR
Primeira Imagem: Cocar Fechado
Segunda Imagem: Cocar Aberto
Cultura: Kaingang
Cocar composto de penas de arara azul, branca e bege, encaixadas em uma base de fibra vegetal
Dimensão: 040,5 x 0,48 cm





VELA - ARALTY
Cultura: Ava Guarani
Vela em cera de abelha Jataí em tecido algodão. Utilizada nas cerimônias religiosas na casa de reza



CASA DE REZA
Cultura: Ava Guarani
Maquete com base em madeira, telhado em Sapé amarrado com cipó e rede na parte interna
Dimensão: 0,40 x 0,25 x 0,25 cm



MARACÁ- RABO DE BUGIO - KÓVEJO
Cultura: Kaingang
Confeccionado com cabaça vegetal na qual se encaixa um cabo em madeira de formato cilíndrico. As folhas são de rabo de bugio
Dimensão: 0,30 x 0,15 cm



MARACÁ
Cultura: Kaingang
Confeccionado com cabaça vegetal ao qual se encaixa um cabo em madeira de formato cilíndrico
Dimensão: 0,35 x 0,15 cm



MARACÁ -MBARAKA
Cultura: Ava Guarani
Composto de cabaça vegetal na qual está encaixado
um cabo de madeira, com cordão sintético na base do cabo
Dimensão: 0,20 x 0,10 cm



MARACÁ
Cultura: Kaingang
Utilizada nas cerimônias religiosas. Confeccionado com cabaça vegetal
revestida em taquara trançada e penas presas nas extremidades do cabo no
qual se encaixa um cabo em madeira de formato cilíndrico
Dimensão: 0,35 x 0,15 cm



PELE DE ONÇA PINTADA
Cultura: Guarani, Kaingang e Xetá
Os homens Xetá usavam faixas, ao redor da cabeça, em pele de Onça Pintada. Em alguns rituais, os homens usavam capas e turbantes em pele de Onça.
Dimensão: 1.20 x 0,60 cm

Título	As populações indígenas no Rio Tibagi
Autor	Lúcio Tadeu Mota
Linha editorial	Livro acadêmico
Produção gráfica	Maria de Lourdes Monteiro
Fotografias	Amauri Ramos da Silva
Capa	Tatiane Santos Galheiro
Editoração	Maria de Lourdes Monteiro Marina dos Santos Galli
Revisão textual	Gleidy Aparecida Lima Milani
Supervisão de revisão	Josyelle Bonfante Curti
Formato	30 x 23 cm
Tipografia	Minion Pro Bebas Neue
Número de páginas	87
Impressão	



REALIZAÇÃO



MUSEU
HISTÓRICO
DE LONDRINA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

APOIO

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



**PREFEITURA DE
LONDRINA**

Secretaria Municipal de
Cultura

